

### “Férias” da Assembleia da República alargadas até ao dia 10

A Assembleia da República decidiu alargar as “mini férias” que está a fazer até ao próximo dia 10. Formalmente a IX Sessão Ordinária deveria ter encerrado no passado dia 23 de Maio mas ainda tem 12 matérias para apreciar sem incluir o dossier da Paz e o último Informe de Filipe Nyusi sobre o Estado da Nação neste seu 1º mandato.

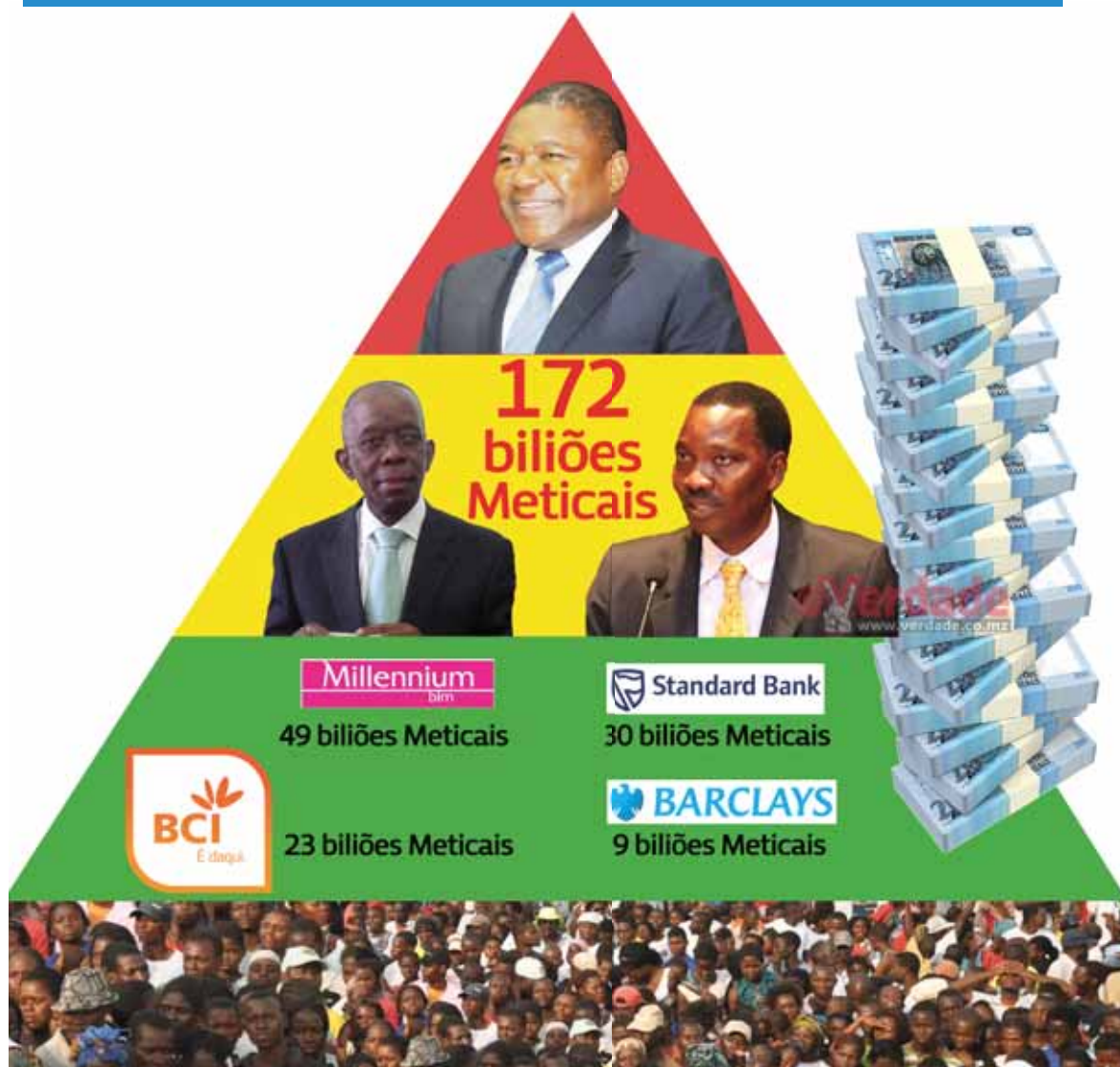
Texto: Redacção

A sessão final da VIII Legislatura, suspensa em finais de Maio, deveria recomençar nesta quarta-feira (03) no entanto a “Casa do Povo” informou, através de um comunicado de imprensa, que as “mini-férias” foram alargadas até ao próximo dia 10 de Julho pois os deputados “encontram-se ainda a trabalhar nos respectivos círculos eleitorais em cumprimento da agenda política”.

A IX Sessão Ordinária iniciou a 28 de Fevereiro e estava prevista apreciar e votar 30 matérias até 23 de Maio. Até ao momento em que foi suspensa haviam sido apreciadas 18 matérias em agenda.

Para além das matérias agendadas a sessão irá receber pela última vez Filipe Nyusi que fará, previsivelmente em Agosto, o balanço do seu 1º mandato como Presidente da República. É ainda expectável que a Plenária da Assembleia da República aprecie e chancela o terceiro Acordo de Paz que se aguarda em Moçambique antes das eleições de 15 de Outubro.

### Dívida Pública Interna aumenta para 172 biliões, Governo continua a vender novos Títulos do Tesouro



O Governo de Filipe Nyusi que clama estar a realizar uma “gestão rigorosa da dívida pública” continua a endividar os moçambicanos, condicionado pelos empréstimos ilegais em buscar financiamento no estrangeiro colocou no mercado mais 1,2 bilião de Meticais em Títulos do Tesouro e elevou a Dívida Interna Pública, que em 2015 totalizava apenas 69 milhões de Meticais, para 172 biliões de Meticais.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 02 →

### Nyusi em Portugal para dinamizar comércio mas terá de lidar com o desaparecimento de Sebastião

O Presidente Filipe Nyusi inicia nesta terça-feira (02) a sua 2ª visita oficial à Portugal para dinamizar as trocas comerciais que nunca foram muito significativas, as exportações de Moçambique em 2018 para o antigo colonizador foram de apenas 41 milhões de Dólares enquanto as importações cifraram-se em 209 milhões de Dólares norte-americanos. Mas o desaparecimento do cidadão português Américo Sebastião poderá ensombrar a visita que deveria ser de dois dias mas estende-se até a próxima segunda-feira (08).

“Nós temos excelentes relações com Portugal mas nós queríamos agora dinamizar a parte da diplomacia económica, sobretudo com o sector privado moçambicano e português” disse à jornalistas a vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Maria Manuela dos Santos Lucas, após despedir-se do Chefe de Estado.

Apesar dos laços históricos que unem os dois países, das relações políticas que se tem estreitado nas últimas décadas e da significativa presença portuguesa no sector financeiro, construção civil e restauração as trocas comerciais não tem sido significativas e nem mesmo a Cimeira Bilateral criada para parcerias estratégicas, cuja IV edição vai acontecer esta semana, parece dar resultados.



O @Verdade apurou na Balança de Pagamentos do Banco de Moçambique e nos dados do Comércio Externo compilados pelo Instituto Nacional de Estatística que dos 5,1 biliões de Dólares em exportações de Mo-

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Presidência da República

cambique em 2018 apenas 41 milhões tiveram como destino o antigo colonizador que comprou muito camarões e outros crustáceos, açúcar e tabaco não manufacturado.

No sentido contrário o nosso país importou apenas 209 milhões dos 6,1 biliões de Dólares que gastou no ano passado principalmente em cimento, medicamentos e livros.

Mas a falta de resultados em torno do desaparecimento em 2016 do empresário português Américo Sebastião e principalmente a falta de vontade das autoridades moçambicanas em receber ajuda das forças policiais lusas poderá ensombrar a visita que a Assembleia da República aprovou para os dias 2 e 3 mas Filipe Nyusi decidiu alarga-la até ao dia 8 de Julho.



A verdade em cada palavra.





→ continuação Pag. 01 - Dívida Pública Interna aumenta para 172 biliões, Governo continua a vender novos Títulos do Tesouro

Após três leilões de Títulos quase sem procura pelos investidores da Bolsa de Valores de Moçambique na véspera do Dia da Independência o Executivo conseguiu vender sem problemas, com muita procura diga-se, mais 1,2 bilião de Meticais em Obrigações do Tesouro da 6ª Série, 8ª Série e ainda lançou novos títulos da 9ª Série.

Nos primeiros três meses de 2019 o Executivo emitiu Obrigações do Tesouro da 1ª Série, 2ª Série, 3ª Série, 4ª Série e 5ª Série no montante global de 8,9 biliões de Meticais e ainda Bilhetes do Tesouro no valor de 18 biliões de Meticais.

O @Verdade apurou que a emissão de Obrigações e de Bilhetes do Tesouro tem sido a principal forma do Governo de Filipe Nyusi financiar o Orçamento do Estado de 2019 que tem o défice de 93 biliões de Meticais, é que no estrangeiro Moçambique é um país caloteiro desde que foram descobertas as dívidas ilegais em 2016 e mesmo os Parceiros mais amigos só podem disponibilizar linhas de financiamento altamente condicionais devido a insus-

Tabela 31 - Bilhetes do Tesouro					
(Em Milhões de Meticais)					
Bilhetes do Tesouro 2018	Valor Utilizado	Pagamentos		Soma	Juros de Utilização *
		Substituição	Amortização		
Bilhetes do Tesouro-Utiliza	8,714.3	8,714.3	0.0	8,714.27	519.8
Bilhetes do Tesouro- Utiliz	3,345.1	3,345.1	0.0	3,345.13	155.4
Bilhetes do Tesouro- Utiliz	5,980.3	5,980.3	85.2	6,065.50	265.0
<b>Total Utilização</b>	<b>18,039.7</b>	<b>18,039.7</b>	<b>85.2</b>	<b>18,124.9</b>	<b>940.2</b>

tentabilidade de Dívida Pública Externa.

De acordo com o banco central o stock da Dívida Pública Interna contraída com recurso a Bilhetes do Tesouro, Obrigações do Tesouro e adiantamentos do Banco de Moçambique aumentou até Junho para 131,5 biliões de Meticais.

#### Dívida Interna Pública ascende a 172,9 biliões de Meticais

Os principais investidores que compram Títulos do Tesouro são os bancos comerciais, análises do @Verdade aos Relatórios e Contas de 2018 apuraram que o Millennium Bim tem na sua carteira de activos 49,3 biliões de Meticais em Dívida Pública Interna, o Standard Bank detém 30,5 biliões, o Banco Comercial e de Investimentos

Tabela 32- Obrigações do Tesouro				
( Em milhoes de Meticais)				
Obrigações do Tesouro	Quantidade Emitida	Valor	Encargos / Prémios	Saldo
Limite fixado				19,447.31
Obrigacoes do Tesouro 2018-1ª Serie	36,021,142	3,602.11	0.00	15,845.20
Obrigacoes do Tesouro 2018-3 Serie	20,000,000	2,000.00	0.00	13,845.20
Obrigacoes do Tesouro 2018-4 Serie	20,000,000	2,000.00	0.00	11,845.20
Obrigacoes do Tesouro 2018-5 Serie	13,724,667	1,372.47	34.47	10,472.73
<b>Total</b>	<b>89,745,809</b>	<b>8,974.58</b>	<b>34.47</b>	

possue 23 biliões e o Barclays Bank 9,8 biliões de Meticais.

Contas feitas pelo @Verdade, a partir do Relatório de Execução Orçamental do 1º trimestre de 2019, somando a reestruturação e consolidação de dívidas do passado, endividamento do sector empresarial, dívida aos fornecedores e ainda financiamento bancário do Esta-

do elevam o stock total da Dívida Interna Pública para 172,9 biliões de Meticais.

Projecções do Fundo Monetário Internacional indicam que até ao fim do ano a Dívida Interna Pública deverá representar 20 por cento do Produto Interno Bruto de Moçambique.

O mais recente Relatório de

Riscos Fiscais elaborado pelo Ministério da Economia e Finanças alerta sobre a exposição da carteira da dívida pública as mudanças nas taxas de juro do mercado. “Em 2017, 90,4% da carteira total tinha taxa de juro fixa, no entanto, em 2018, 17 por cento dos passivos passaram

de taxa de juro fixa a flexível o que incrementará o serviço da dívida. O risco é alto na dívida interna onde 33,9 por cento dos passivos alteram sua taxa de juro em 2018, sendo que o tempo médio de alteração é de 4 anos. Esta vulnerabilidade afecta consideravelmente a previsão do serviço da dívida e pode ter um impacto adverso na gestão orçamental”.

ANUNCIE AQUI

todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail

averdademz@gmail.com

@Verdade

O Jornal mais lido em Moçambique.

## Através do FFH: AMJ pretende assegurar a construção de habitações para os juízes

A Associação Moçambicana de Juízes (AMJ) e o Fundo para o Fomento de Habitação (FFH) assinaram, recentemente, em Maputo, um memorando de entendimento que tem como propósito a colaboração mútua na melhoria das condições de habitação dos magistrados judiciais, através da criação de produtos ou pacotes específicos e tratamento favorável aos associados nos projectos desenvolvidos.

Texto: www.fimde semana.co.mz

O memorando, rubricado por Carlos Mondlane e Arlindo Mungambe, presidente da AMJ e presidente do Conselho de Administração do FFH, respectivamente, tem, ainda, como pressupostos a promoção de habitação social, através da disponibilização de terra infraestruturada, concessão de crédito para a construção, conclusão e atribuição de uma cota de casas para a agremiação, em todos os projectos habitacionais edificados nas capitais provinciais e vilas sedes distritais.

O acordo prevê, igualmente, o suporte financeiro dos programas de habitação do Governo, através da concessão de crédito para construção, incluindo todas as operações conexas ou similares.

Com este acto, as partes materializam a vontade de criar uma aliança estratégica que permita a

solução dos problemas de habitação na classe da magistratura judicial, sendo que os recursos financeiros necessários para a concretização dos objectivos do memorando serão assegurados pelos membros da AMJ e pelo FFH.

O documento impõe a ambas as partes a responsabilidade de assegurar um processo transparente de selecção dos beneficiários das casas e terrenos, de identificar soluções de financiamento bancário ou hipoteca para a viabilização do acesso aos membros da AMJ.

Este memorando surge num momento capital em que os juízes se queixam de falta de segurança para o cabal desempenho das suas funções e se afigura como resposta do governo para garantir a estabilidade dos magistrados no domínio do seu estatuto sócio-profissional.

### Desporto

## “Ferroviárias” de Maputo mantém reinado no basquetebol feminino pelo 6º ano consecutivo

As “ferroviárias” de Maputo mantiveram o seu reinado no basquetebol sénior feminino de Moçambique pelo sexto ano consecutivo derrotando o Costa do Sol em duas das três partidas da final que revelaram uma nova estrela: Delma Zita.

Texto: Redacção

Embora o nacional tenha sido reforçado pelas equipas de Mucopelinhãs, representando a Província de Nampula, Dream team, da Província de Cabo Delgado, e o Clube de Desportos Municipal da Beira, representando a Província de Sofala juntamente com o Ferroviário local, o Ferroviário de Maputo continua sem adversárias à altura.

Em mais uma final contra o Costa do Sol, a quinta consecutiva, as meninas treinadas por Leonel Manhique venceram o 1º jogo da final, na sexta-feira (28), por 40 a 60 pontos. Depois de um período inicial equilibrado e que terminou 9 a 12 pontos, as “ferroviárias” começaram a dilatar a vantagem, saíram para o descanso a vencer por 22 a 34 pontos, e no 3º período sentenciaram a partida por 33 a 48 pontos.

No sábado (29) as “canarinhas” voltaram para a quadra do pavilhão do Maxaquene para adiar a decisão, perderam o 1º período pela margem mínima, 18 a 16



pontos, e mantiveram a desvantagem de 2 pontos até ao intervalo, 28 a 26 pontos.

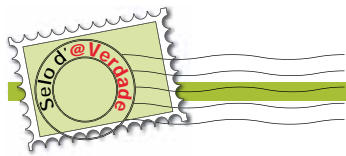
Mas depois faltaram opções a Deolinda Ngulela que viu o Ferroviário a distanciar-se, abrir uma vantagem de 14 pontos e entrar para o derradeiro período a vencer por 44 a 32 pontos.

O Costa do Sol ainda tentou reagir, Elisabeth Pereira abriu o placar com uma “bomba”, mas o Ferroviário não deu chances e

assegurou a manutenção do título vencendo por 59 a 45 pontos.

Para além da experiência das campeãs africanas em clubes - Anabela Cossa, continua com a mão quente e renovou o título de melhor triplista nacional, Odélia Mafanela, melhor marcadora do campeonato, e Ingild Mucauro - o Ferroviário de Maputo mostrou jovens promessas para o basquetebol nacional tendo uma delas sido eleita a Jogadora Mais Valiosa: Delma Zita.





## 2030

Foi publicado recentemente um estudo que alerta para a inevitabilidade de 20 milhões de empregos serem substituídos por robôs em 2030. De autoria da Oxford Economics, ele alerta que, apesar de oferecerem benefícios económicos, os robôs irão eliminar, de forma desproporcional, empregos de baixa qualificação, agravando a situação social global, concluindo ainda que em países com um rácio de menor qualificações, o ritmo de perda de empregos duplicará, comparativamente aos países onde o rácio de qualificações é maior.

África e Moçambique, em particular, não podem ficar alheios a esta dinâmica mundial do chamado paradigma industrial 4.0. Pois não é novidade que, sobretudo em tempos mais recentes, um dos factores de maior atracção de mega-investimentos pela APIEX é a apregoação da vasta mão-de-obra barata e pouco qualificada dos moçambicanos. Por tuta e meia se contratam aqui operadores de máquinas ou construção civil, empregados de balcão e de mesa, de restaurantes, de lanchonetes, bares e afins. Operários de linhas de enchimento de bebidas, processamento alimentar. Mas fundamentalmente, o típico “burocrata de escritório”, que faz da rotina de assina-papel-carimba-papel-toma-chá-das-dez-vai-à-reunião, o pão-nosso de cada dia, de um modo geral, actividades rotineiras e sem apelo constante à nossa massa cinzenta.

Com efeito, se fossemos a fazer uma radiografia sincera à pirâmide socioeconómica de Moçambique, rapidamente concluiríamos que 8 em 10 cidadãos economicamente activos se enquadram neste grupo de alto risco de economia serviçal. Talvez fosse importante começar pelo ponto de partida.

Efectivamente, no cenário

pós-orwelliano que se nos avizinha, em apenas uma década, somente os profissionais da área da saúde, tecnologias de informação e comunicação e do ensino estarão em condições de resistir ao embate por mais tempo. E mesmo que as profissões em risco se adaptem, adquirindo novas habilidades, elas deverão incorporar a especialização e apropriação constante do conhecimento, o que é um choque cultural violento em sociedades ociosas e pouco competitivas.

Não é surpresa que Bill Gates defenda – e eu subscrevo na totalidade – que se tributem os robôs, à semelhança do que sucede com os seres humanos, para que o imposto arrecadado possa ser aplicado em sectores nos quais os robôs não podem substituir os humanos, ou em necessidades sociais, como a área da saúde e educação.

Numa entrevista, ainda em 2017, à publicação Quartz, aquele visionário defendeu que se deveria realocar as pessoas que perderam seus empregos por causa da automação do trabalho para outras áreas em que os humanos ainda são mais úteis que os robôs. Esta ideia também já havia encontrado eco na União Europeia, mas que infelizmente a rejeitara, por supostamente criar barreiras à inovação.

Em contraponto, Bill Gates esclareceu que o imposto poderia ser uma forma de mitigar o medo que a inovação traz às pessoas que provavelmente serão substituídas por um robô em poucas décadas. Na sua visão, a discussão sobre impostos e financiamento também deixaria a transição no mercado de trabalho mais lenta, dando tempo para discussões bem complicadas, como a que presentemente trago, se desenrolem, para responder à questão: - Moçambique está preparado para 2030?

Infelizmente não está. E desde logo, pelas lacunas de base que vamos progressivamente aprofundando nesta era global. Que são três. O desconhecimento de um segundo idioma de trabalho. A falta habilidades matemáticas. E o uso inapropriado das tecnologias de informação e comunicação.

Nunca percebi por que razões, estando rodeado por países de expressão inglesa, este idioma não é amplamente divulgado na nossa Função Pública e quiçá, em toda a documentação oficial do país, quando muitos outros já o fazem sem complexos. Nunca entendi também, por que cargas de água, 9 em cada 10 bolsas de estudo para formação de quadros no exterior, ou cursos disponíveis nas faculdades locais, são essencialmente vocacionados para áreas de letras e ciências sociais, abdicando-se, quase que totalmente, das áreas das ciências puras e aplicadas. E por fim, não consigo entender por que um país, que foi o pioneiro da Internet em África nos anos 90, apresenta hoje um rácio modesto, que lhe coloca no patamar dos 10 piores países do continente com acesso aos serviços de tecnologias de informação e comunicação.

Tivemos uma oportunidade de ouro em 1989-90 para pegarmos o comboio da digitalização e não a soubemos aproveitar. A África do Sul e o Zimbabwe, que estavam atrasados, fizeram diferente e hoje arrematam as oportunidades de negócio na SADC, particularmente em Moçambique. E agora, temos que nos contentar com as migalhas dos outros, que naturalmente, nos espartilharão numa tutela bitolada de consultorias e ajustamentos estruturais paralisantes, de acordo com os seus interesses geopolíticos, que nos impedirão de arrancar o motor do desenvolvimento sustentável. Quando vejo a peque-

nez dos debates da nossa intelligensia rendeira sobre o famoso “fundo soberano” a regressar aos nossos pequenos ecrãs, só posso concluir que, para além de péssimos alunos, sofremos certamente de Alzheimer colectivo. Uma verdadeira pandemia. Quem, no domínio da sua lucidez intelectual, pode questionar a necessidade de uma nação ter reservas monetárias, que asseguram a sua estabilidade e progresso económicos? Haja tino senhores doutores. Não é isso que o país quer ouvir. O que temos de perceber é quando é como vamos usufruir desse instrumento essencial para a soberania do Estado. Ponto final. E no caso vertente, como é que ele pode ser usado para responder a este novo desafio de 2030.

Ficaria mais bem servido, este Moçambique, se dedicasse as vossas energias e influências reconhecidas internacionalmente, para retirar Moçambique do marasmo social em que se instalou. Onde o seu bem mais precioso, a juventude, especialmente, o seu famoso jovem empresariado, que tanta reclama atenção na media, não encolhesse a cauda para aprender com empreendedores de verdade. Quinhentos dólares americanos de inscrição, não são desculpa suficiente para se deitar fora uma oportunidade de ouro para mergulhar em vinte mil milhões de investimentos. Mau demais para ser verdade.

E como avisa Marcos 1,1-8: depois de mim, virá alguém mais forte do que eu. E eu acrescentaria, com robôs também, para construir, com precisão japonesa, em dois dias, o que milhares de paisanos iletrados braçalmente nunca farão em cinco anos, por insensatez dos seus governantes.

**Por: Ricardo Santos**  
*Informático*

## Pergunta à Tina...

Olá Tina, chamo-me Donald, tenho 25 anos, eu e a minha namorada queremos ter um filho, e já faz um ano que estamos a tentar, mas não dá certo, em alguns meses ela não apanha período, mas nada de gravidez! O que será?

Olá, Donald. Um ano a tentar não é muito. Quem sabe se não vai acontecer em breve? Tem calma porque o stress só desajuda. Muitos casais acabam por ver aparecer de repente um bebé, às vezes depois de 2-3 anos, quando menos esperavam. Mas na verdade, depois de um ano, se tiveres condições, seria melhor procurar ajuda médica. Assim talvez se consiga saber mais sobre o que está a passar-se.

A dificuldade para engravidar, chamada infertilidade, não é rara. Abrange uma boa parte dos casais. A infertilidade é um problema do casal. Por isso a procura das causas do problema deve fazer-se sempre com o casal, nunca apenas a mulher ou o homem. A percentagem de casos de infertilidade, tanto masculina como feminina é idêntica, mais ou menos 50%-50%. Tem diversas causas, com problemas no organismo feminino, masculino, ou em ambos. Em outros casos, nunca chega a conhecer-se a causa.

Em Moçambique, é provável que as Infecções de Transmissão Sexual (ITS) estejam na origem da maior parte dos casos de infertilidade feminina. Também algumas infecções parasitárias poderão ser responsáveis. A obesidade ou o baixo peso, assim como o tabagismo podem estar na origem da infertilidade feminina. No homem, o varicocele e sequelas de processos infecciosos, como a orqui-epididimite, são os principais causadores. Amigo Donald, o próximo passo é procurar ajuda médica. Boa sorte!

Olá, Tina! Tudo bem? Respondo pelo nome de James. Tenho um problema que venho com ele desde criança, transpiro dos pés e das mãos, isso não é algo normal, por dia até por aí duas vezes. Já fui ao hospital, só me mediram a tensão e depois me aconselharam a não tomar refrigerantes, mesmo assim não deu certo. No verão transpiro muito.

Olá, James Por aqui tudo bem, obrigada. O teu problema, chamado hiper-hidrose, nem sempre é fácil de tratar. Por isso, o meu conselho seria atender uma consulta de dermatologia, onde poderá ser indicado um tratamento para ti. Entretanto, para além dos refrigerantes, seria bom evitares comer principalmente piri-piri, pimenta e gengibre. Também comer pouco alho, cebola, couve-flor, lentilhas, feijões e trigo. E evitar café e chá verde. Também poderás conhecer melhor a doença se acederes aos seguintes sites: <https://www.opas.org.br/suor-nas-maos-em-excesso-o-que-e/> <https://vencendoahiperidrose.com/?hsr=YXJOaWdvYWxpYWVudG9zRkw%3D>

### Ficha Técnica

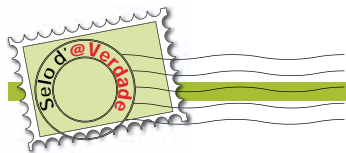
NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A  
Telemóvel+258 84 39 98 635

MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479  
Telemóvel+258 86 45 03 076

E-mail: [averdademz@gmail.com](mailto:averdademz@gmail.com)

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.



## Da legalidade à ilegalidade: caso deposição de resíduos sólidos na zona baixa do Bairro T-3

O FINAL do ano 1999 foi um início de uma nova era histórica entre residentes do Bairro T-3, Município da Matola, concretamente na estrada que fazia ligação entre três avenidas, nomeadamente: de Moçambique (Bagamoio), Eduardo Mondlane (Manduca) e 04 de Outubro (paragem terminal dos TPM's). Foi precisamente naquele período em que a referida estrada deixou, parcialmente, de dar ligação entre supracitadas avenidas, dando, deste modo, início a uma era de vida dura aos residentes situados nas redondezas. Novamente, já no início do ano 2013, a mesma via veio a ser totalmente degradada pelas chuvas intensas que assolaram dezenas de famílias daquela urbe e não somente.

Face ao sucedido, o Conselho Municipal da Cidade da Matola, em jeito de resposta, decidiu passar a depositar resíduos sólidos domiciliários produzidos por munícipes localizados ao redor da supracitada área, com vista a reduzir o grau de risco à que os mesmos se encontravam sujeitos, julgando, nesse caso, poder

contribuir positivamente na manutenção daquela via de acesso e, por conseguinte, garantir em parte a tranquilidade pública.

Chama-se de resíduo sólido todo material inútil, descartável que se joga fora, geralmente, em lugar público. É reconhecido como objecto reutilizável e reciclável que deve ser tratado pelas tecnologias disponíveis. Assim, aquilo que não é recuperável é denominado de rejeito e tem como destino a deposição adequada no solo previamente preparado para tal fim (aterros sanitários), onde deve ser realizado o tratamento de efluentes, para impedir a degradação ambiental do solo, do ar e das águas (superficiais e subterâneas). Desta feita, entre os principais problemas causados pela inadequada deposição dos resíduos sólidos, estão a contaminação do solo, do ar, da água, a geração de odores, atracção e proliferação de patogenias e vectores de doenças.

Importa referir que, apesar de não ser em si um agente

causador de doenças, o resíduo sólido, quando armazenado ou descartado inadequadamente, cria condições ideais para proliferação de vectores que podem disseminar várias doenças entre a população ao redor. Contrariamente ao que muitos pensam, resíduos sólidos domiciliários podem conter microrganismos mais nocivos do que resíduos sólidos considerados perigosos, como os de origem hospitalar. Tais microrganismos podem estar presentes nas pilhas, fezes de animais domésticos, nos metais pesados descartados e nos alimentos perecíveis. Ademais, as áreas de disposição de resíduos sólidos servem de abrigo periférico de ratos, mosquitos, moscas, lagartos, barratas e outras espécies consideradas como vectores que por meio de mordidas, urina, fezes, picadas, asas, patas e demais partes de seu corpo, podem transmitir diversas enfermidades entre a população que vive próximo da área em causa, entre elas a malária, cólera, diarreia, etc.

Para além de constituir um

atentado à saúde pública, o resíduo sólido quando descartado inadequadamente constitui um grande problema ambiental, visto que contribui no processo de poluição do solo, alterando suas características e tornando-o, simultaneamente, numa ameaça à saúde humana e impróprio à prática de agricultura. Contribui, igualmente, na poluição da água através da percolação do líquido gerado pela decomposição da matéria orgânica presente nos resíduos sólidos, podendo alterar a qualidade da água e, por conseguinte, comprometer o sistema de regadio rudimentar e o ecossistema marinho. Por último, contribui, também, na poluição do ar, originando riscos de migração de gás e até de doenças respiratórias. Por tratar-se de uma zona baixa, por onde um conjunto de sedimentos das zonas altas é arrastado pela chuva em direcção ao rio Mulaúze, dezenas de famílias residentes nas redondezas dependem do seu estado saudável para a prática de agricultura, sua fonte principal de sustento e até

do país inteiro. Poluída esta

área, deixa vulnerável uma parte significativa de famílias, ameaçando, desta feita, a sua qualidade de vida, fonte de auto-sustento, o aspecto paisagístico, as vias de acesso e colocando em perigo a natureza.

Conforme o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), entre as grandes prioridades ambientais de Moçambique, estão incluídos o saneamento básico, a prevenção da degradação do solo e a redução da poluição do solo, do ar e da água. Neste sentido, as atitudes tomadas pela Edilidade da referida urbe, opõem-se às prioridades acima indicadas. Além disso, violam, em parte, a Lei da água, Terra, do Ambiente, etc., por não atender, a prevenção de doenças, a disposição adequada de resíduos sólidos com vista a garantir a qualidade de vida de seus munícipes, bem como a manutenção e equilíbrio ecológicos.

**Por: Basílio Macaringue**  
[basiliomacaringue@gmail.com](mailto:basiliomacaringue@gmail.com)

### Sociedade

## Atribuição de BIs e NUITs: Caravana Jurídica da Universidade Politécnica apoia comunidades carenciadas

Moradores do bairro Mucatine e Golhosa, no posto administrativo de Infulene, na Autarquia da Matola, província de Maputo, beneficiaram, no sábado, 29 de Junho, de uma jornada de assistência jurídica e atendimento psicológico, denominada Caravana Jurídica, promovida pela Universidade Politécnica.

Texto & Foto: [www.fimdesemana.co.mz](http://www.fimdesemana.co.mz)

O objectivo desta iniciativa, desenvolvida através da Unidade de Extensão Universitária (UEU), e parceiros, visa a emissão de bilhetes de identidade, atribuição de número único de identificação tributária (NUITs), registos de nascimento, atendimento psicológico e jurídico à comunidade, para além de outras actividades culturais.

O evento foi bastante concorrido e contou com a adesão massiva dos moradores dos dois bairros (e de outras zonas circunvizinhas), tendo sido presidido por Eduardo Baixo, director provincial de Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, em representação do governador da província de Maputo, que enalteceu a iniciativa da Universidade Politécnica, segundo o qual a universidade está a ajudar a comunidade a obter documentos de que não dispunha por diversas razões, para além de prestar aconselhamento jurídico e psicológico



gratuito ao cidadão carenciado.

"Nós encorajamos este tipo de iniciativas, e esperamos que cheguem também a outros distritos da nossa província. Esta é uma boa oportunidade para tratar dos documentos e apelo a que os beneficiários façam

chegar esta mensagem a mais pessoas para que possam, também, ser abrangidas por esta iniciativa da Universidade Politécnica", frisou Eduardo Baixo.

Na ocasião, o reitor da Universidade Politécnica, Narciso Matos, referiu

que a instituição pretende, através desta iniciativa, levar serviços básicos aos cidadãos mais carenciados, através do envolvimento dos estudantes, na sua maioria finalistas, de instituições públicas, como é o caso do Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ).

"É muito importante levar estes serviços aos cidadãos. Hoje há poucas pessoas à procura de aconselhamento jurídico ou psicológico, mas em contrapartida, a demanda pelos bilhetes de identidade e registo de nascimento é positiva e isso satisfaz-nos. Para os estudantes, foi uma oportunidade para aplicarem, no terreno, o conhecimento teórico adquirido na carteira", sublinhou o reitor.

Uma das beneficiárias, Isabel Uamussa, residente do bairro de Mucatine, mostrou-se feliz por ter conseguido registar, no local e de forma

gratuita, a sua filha, de quatro meses. "Estou muito feliz pela iniciativa da Universidade Politécnica e espero que consigam alcançar mais comunidades. É muito importante registar as nossas crianças, assim como ter um documento de identificação".

Do bairro da Liberdade, na Autarquia da Matola, esteve Fernando Filipe, que conseguiu tratar o seu primeiro bilhete de identidade. "Posso dizer que já me sinto cidadão moçambicano, de facto. Era um documento que me fazia muita falta. É de louvar esta iniciativa".

Importa referir que a Caravana Jurídica tem como parceiros o Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ), a Direcção de Registo Civil e Notariado, Serviço Nacional de Sangue (SENASA), a Autoridade Tributária de Moçambique, os conselhos autárquicos de Maputo, Matola e Boane, entre outros.



## Gilberto Manhiça novo Bastonário da Ordem dos Médicos de Moçambique

*Gilberto Manhiça é no novo Bastonário da Ordem dos Médicos de Moçambique, o médico Endocrinologista derrotou na passada sexta-feira (28) o Bastonário em fim de mandato Eugénio Zacarias.*

Texto: Redacção



Manhiça, encabeçando a lista A, foi eleito por 682 votos, correspondentes a 60,9 por cento dos 1.119 médicos que votaram em 10 mesas constituídas nas províncias de Moçambique.

O novo Bastonário venceu as 3ª Eleições da Ordem dos Médicos em sete províncias comparativamente ao candidato da lista B que obteve 437 votos e ficou à frente na votação em apenas três províncias.

Gilberto Manuel Manhiça é o terceiro Bastonário e propôs-se a tornar a instituição criada em 2006 mais "inclusiva e transparente".

O candidato derrotado, Eugénio Zacarias, que sucedeu a Aurélio Zilhão em 2014, abalou o sector de Saúde quando apostou na defesa da qualidade e regulação da profissão em Moçambique impondo a certificação de todos os médicos nacionais e estrangeiros a exercerem a actividade através da inscrição na Ordem.

Em 2016 a Ordem dos Médicos conseguiu impor aos licenciados em medicina a realização de um exame de Certificação para serem considerados médicos e poderem exercer em Moçambique.

António Eugénio Zacarias questionou, em entrevista ao @Verdade em 2017, o dinheiro gasto pelo Governo na formação de milhares de profissionais de saúde em vez de investir em médicos" e afirmou que os mais de 15 mil técnicos formados pelo Instituto Superior de Ciências de Saúde "são pessoas que nem são médicos nem são enfermeiros, são híbridos. O indivíduo tem a 12ª classe, fica lá mais 3 ou 4 anos e sai doutor".

No nosso país existem apenas 1897 licenciados em medicina, dos quais 1707 são nacionais, o que coloca um médico para 14,7 milhões de moçambicanos.

## Bancos comerciais não podem cobrar juros mensais acima de 30 dos rendimentos líquidos dos seus clientes... mas BM não consegue impor-se

**Spread Máximo de Taxas de Juro praticadas pelos Bancos Comerciais para Categoria de Crédito a ser adicionado a Prime Rate**

Instituição	Leasing/ Factoring	Crédito à Habitação	Crédito ao Consumo	Empréstimos de Curto Prazo (prazo de até 1 ano)	Empréstimos de Longo Prazo (prazo acima de 1 ano)
1. BCI	9.50%	6.50%	12.50%	11.50%	11.50%
2. MBIM	10.00%	8.00%	12.00%	10.00%	11.00%
3. Standard Bank	10.25%	3.25%	11.25%	11.25%	10.25%
4. Barclays Bank	5.00%	2.75%	10.75%	7.00%	8.00%
5. Banco Único	12.00%	8.00%	12.00%	12.00%	12.00%
6. MOZA	10.00%	10.00%	10.00%	10.00%	10.00%
7. FNB	7.50%	7.75%	12.50%	12.00%	13.00%
8. Banco ABC	-	3.25%	7.25%	7.25%	7.25%
9. LETSEGHO	-	-	24.25%	24.25%	21.85%
10. BNI	-	-	-	4.00%	4.00%
11. Société Generale (SG)	-	10.00%	10.00%	8.00%	6.00%
12. Banco Terra	-	4.00%	8.00%	5.00%	6.00%
13. ECOBANK	-	-	10.00%	10.00%	10.00%
14. CPC	-	-1.15%	0.25%	-14.25%	-1.25%
15. Banco MAIS	-	10.00%	10.00%	8.00%	10.00%
16. CAPITAL BANK	8.00%	6.00%	8.00%	8.00%	9.00%
17. United Bank	8.00%	4.00%	11.00%	9.00%	10.00%
18. Banco BIG	10.00%	10.00%	14.00%	10.00%	11.00%
19. Opportunity Bank	-	-	48.00%	48.00%	48.00%
20. Banco Socremo	-	48.25%	48.25%	48.25%	46.25%

*Os bancos comerciais em Moçambique não podem cobrar aos seus clientes que tenham empréstimos mais do que a taxa de esforço definida por lei que é de um terço dos seus rendimentos líquidos mensais, independentemente das taxas de juros em vigor. "O cliente pode aproximar-se ao seu banco e acordar a reestruturação do empréstimo, por forma a permitir o pagamento das prestações em dívida atendendo a sua real capacidade financeira", esclareceu ao @Verdade o Banco de Moçambique (BM) que no entanto reconhece que a sua a sua intervenção "está limitada", para impor a lei. Aliás um Administrador do BM admitiu que "Não temos um instrumento capaz de forçar as microfinanças a ter que renegociar com os seus clientes".*

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 06 →

## Comandante da PRM confirma ataque do "Al Shabaab" que deixou 11 mortos em Cabo Delgado

*O Comandante Geral da Polícia da República de Moçambique, Bernardino Rafael, confirmou a ocorrência de mais um ataque dos insurgentes, apelidados pelos locais de "Al Shabaab", na passada quarta-feira (26) no posto Administrativo Quionga, no Distrito de Palma, na Província de Cabo Delgado onde onze pessoas foram mortas.*

Texto: Redacção

Bernardino Rafael confirmou o ataque neste domingo (30) após reunir em Mtwara com o seu homólogo da Tanzânia, Simon Siro: "Viemos explicar aos tanzanianos sobre a ocorrência do dia 26 de Junho de 2019, em Ntole, em Nhica do Rovuma, onde onze cidadãos foram mortos, oito tanzanianos".

Esta aldeia de camponeses e pescadores localiza-se a pouco mais de 10 quilómetros da fronteira com a República da Tanzânia e por isso os sobreviventes foram socorridos para o Hospital Regional de Mtwara, no país vizinho.

Um dos moçambicanos que sobreviveu ao ataque relatou a jornalistas no hospital o terror que viveu: "Quando eram 19 horas, aquelas pessoas apareceram e

disseram que chegamos aqui para fazer patrulha (...) usavam fardamento da tropa de Moçambique, disseram você senta lá, o nosso comandante quer falar convosco. Nós ficamos, eles puxou um pouco atrás e começaram a tirar tiros. O meu tio morreu ali mesmo, eu levei tiro nos braços e comecei a fugir daquele sítio".

Desde Outubro de 2017 que insurgentes, apelidados pelos locais de "Al Shabaab" por serem grupos de jovens, aterrorizam a Província de Cabo Delgado onde além das ricas florestas com madeira, filões de rubis e ouro existem reservas de gás natural que se preparam para ser exploradas pelas maiores petrolíferas do mundo e tornarem Moçambique num dos maiores exportadores mundiais do hidrocarboneto.

Durante as comemorações dos 44 anos da Independência de Moçambique o Presidente Filipe Nyusi admitiu a impotência das Forças de Defesa e Segurança em conter os "Al Shabaab".

"A paz efectiva que a sociedade moçambicana exige e está confiante do seu breve alcance encontra-se ameaçada na Província nortenha de Cabo Delgado. Os grupos de malfetores continuam a engendrar acções de terrorismo aliciando os jovens moçambicanos a revoltarem-se contra os seus compatriotas indefesos. Destroem campos de produção, habitações, decapitam barbaramente homens e mulheres roubam alimentos, medicamentos e outros bens, dentre outros actos macabros", declarou Nyusi na Praça dos Heróis, em Maputo.





→ continuação Pag. 05 - Bancos comerciais não podem cobrar juros mensais acima de 30 dos rendimentos líquidos dos seus clientes... mas BM não consegue impor-se

A crise económica e financeira que os moçambicanos enfrentam desde a descoberta das dívidas ilegais da Proindicus e MAM, em 2016, impulsionou de forma galopante as taxas de juro dos créditos em resultado das decisões de Política Monetária do BM.

Muitos moçambicanos que tinham contraído empréstimos ou outros produtos de crédito bancário a taxas de juro de muito abaixo de 20 por cento viram as suas prestações mensais galgarem até aos 40 por cento, nas instituições de microfinanças ultrapassaram os 60 por cento.

Grande parte dos clientes bancários, que vivem dos seus salários honestos, sentiram o custo dos empréstimos aumentarem de forma galopante, sem aviso prévio para níveis acima de 50 por cento dos seus rendimentos. Dados do Banco de Moçambique indicam que o Rácio de Crédito em Incumprimento que estava abaixo dos 6 por cento em Dezembro de 2016 disparou até atingir um pico de 13,8 por cento no último trimestre de 2017.

Dentre os muitos lesados que perderam bens para os bancos os cidadãos Abdul Hamid Mamudo Issufo e Leopoldina de Fátima Martins Issufo, inconformados, recorreram à Comissão de Petições, Queixas e Reclamações da Assembleia da República “da subida vertiginosa da taxa de juros, sem aviso prévio, por parte da banca”.

Contraíram um crédito à Habitação em 2014, no FNB, à taxa de juro de 17 por cen-

<div></div> <div>COMUNICADO DE IMPRENSA</div>					
No quadro do acordo sobre o Indexante Único assinado no dia 17 de Maio de 2017, com a Associação Moçambicana de Bancos (AMB) e todas as Instituições de Crédito que operam no mercado moçambicano, o Banco de Moçambique (BM) vem por este meio comunicar ao mercado e público em geral, as <b><u>margens (spread máximo de risco de crédito) por cada categoria de produto de crédito em vigor nas Instituições de Crédito</u></b> conforme indicadas na tabela abaixo.					
<i>Spread Máximo de Taxas de Juro praticadas pelos Bancos Comerciais para Categoria de Crédito a ser adicionado a Prime Rate</i>					
Instituição	Leasing/ Factoring	Crédito à Habitação	Crédito ao Consumo	Empréstimos de Curto Prazo (prazo de até 1 ano)	Empréstimos de Longo Prazo (prazo acima de 1 ano)
1. BCI	9.50%	6.50%	12.50%	11.50%	11.50%
2. MBIM	10.00%	8.00%	12.00%	10.00%	11.00%
3. Standard Bank	10.25%	3.25%	11.25%	11.25%	10.25%
4. Barclays Bank	5.00%	2.75%	10.75%	7.00%	8.00%
5. Banco Único	12.00%	8.00%	12.00%	12.00%	12.00%
6. MOZA	10.00%	10.00%	10.00%	10.00%	10.00%
7. FNB	7.50%	7.75%	12.50%	12.00%	13.00%
8. Banco ABC	-	3.25%	7.25%	7.25%	7.25%
9. LETSEGHO	-	-	24.25%	24.25%	21.85%
10. BNI	-	-	-	4.00%	4.00%
11. Societé Generale (SG)	-	10.00%	10.00%	8.00%	6.00%
12. Banco Terra	-	4.00%	8.00%	5.00%	6.00%
13. ECOBANK	-	-	10.00%	10.00%	10.00%
14. CPC	-	-1.15%	0.25%	-14.25%	-1.25%
15. Banco MAIS	-	10.00%	10.00%	8.00%	10.00%
16. CAPITAL BANK	8.00%	6.00%	8.00%	8.00%	9.00%
17. United Bank	8.00%	4.00%	11.00%	9.00%	10.00%
18. Banco BIG	10.00%	10.00%	14.00%	10.00%	11.00%
19. Opportunity Bank	-	-	48.00%	48.00%	48.00%
20. Banco Socremo	-	48.25%	48.25%	48.25%	46.25%

i) Variações negativas: FNB (todas categorias de crédito entre 2.25 pp. e 7.50 pp.), ABC (0.75 pp. crédito à habitação e ao consumo, e 2.75 pp. nos créditos de curto e longo prazo), SG (2.25 pp. crédito de curto prazo).

ii) Variações positivas: UBA (3 pp. crédito ao consumo, 2 pp. crédito de longo prazo), SG 2.00% (crédito ao consumo) e, BBM (0.25 pp. crédito à habitação).

iii) pp. significa pontos percentuais

iv) **Spread de crédito** é a margem praticada por cada Instituição de Crédito ou Sociedade Financeira nas operações de crédito contratualizadas com cada cliente, mediante análise de risco do mesmo e da operação em causa. Adicionado ao subtraído à Prime Rate do Sistema Financeiro, perfaz a Taxa de Juro Variável de cada operação individual.

Maputo aos 20 de Julho de 2017.

to porém com o agravar da crise económica e financeira e devido as medidas de Política Monetária do Banco de Moçambique as taxas de juro começaram a subir tendo chegado aos 31 por cento dos rendimentos dos cidadãos Abdul Hamid Mamudo Issufo e Leopoldina de Fátima Martins Issufo.

“Para efeitos legais de concessão de crédito, o total de responsabilidades credití-

cias de um cliente não pode exceder 1/3 dos seus rendimentos, por extravasar a sua capacidade financeira e o cliente não poder honrar as suas obrigações”, esclareceu ao @Verdade o BM.

#### Banco de Moçambique incapaz de impor a lei

Inquirido pelo @Verdade o banco central acrescentou

que: “Ao permitir que as responsabilidades creditícias do cliente excedam um terço dos seus rendimentos, a instituição financeira estará a contrariar o previsto no nº 4 do artigo 114, da Lei de Trabalho aprovado pela Lei nº 23/2007, de 1 de Agosto que proíbe descontos que excedam um terço da remuneração mensal do trabalhador, conjugado com a alínea f) do nº 1 do artigo 823, do Código do Processo Covil, que prevê a impenhorabilidade de dois terços dos salários dos funcionários públicos”.

Questionado pelo @Verdade qual o procedimento para os cliente bancário que tenha um crédito que já tenha ultrapassado a taxa de esforço de um terço o BM disse que: “No âmbito do dever de implementação de medidas correctivas de gestão de créditos problemáticos a que os bancos estão obrigados nos termos da alínea b) do n.º 2.4.1.8.3 das Directrizes de Gestão de Risco, aprovadas pelo Aviso n.º 4/GBM/2013, de 18 de Setembro, o cliente pode aproximar-se ao seu banco e acordar a reestruturação do empréstimo, por forma a permitir o pagamento das prestações em dívida atendendo a sua real capacidade financeira e o limite legal de 1/3 dos seus rendimentos líquidos”.

O banco central explicou ao @Verdade que “não havendo acordo para a reestruturação o cliente pode apresentar a sua reclamação ao Banco de Moçambique ou ainda a outras entidades como por exemplo, Provedor da Justiça” clarificou que o acordo deve ser fundamentado em

algumas premissas como a “vontade do mutuário em liquidar o crédito, informação da real capacidade financeira do mutuário, garantias existentes, permissão para que o Banco monitore o mutuário periodicamente, etc, e as partes devem agir de boa fé, ambos convergindo para o interesse comum que é o de mitigar o incumprimento”.

Porém as tentativa dos cidadãos Abdul Hamid Mamudo Issufo e Leopoldina de Fátima Martins Issufo renegociarem com o FNB foram infrutíferas tendo inclusivamente recebido ameaças verbais por parte dos funcionários do banco de capitais sul-africanos.

Além disso o recurso que apresentaram ao banco central mostrou-se infrutífero pois as tentativas de renegociar o empréstimo, particularmente os juros de mora que se somam aos juros normais em caso de incumprimento, não tiveram sucesso junto do FNB.

Paradoxalmente o Banco de Moçambique disse ao @Verdade que a sua intervenção “está limitada à verificação do cumprimento de normas que regem a actividade”.

Além disso o Administrador do Banco de Moçambique, Felisberto Navalha, admitiu em Maio último: “Não temos um instrumento capaz de forçar as microfinanças a ter que renegociar com os seus clientes”. Com taxas de juro acima de 60 por cento os empréstimos os bancos de microfinanças tem estado a delapidar os bens dos seus clientes de crédito.

## Emakhuwa continua a ser a língua materna mais falada em Moçambique

*O Emakhuwa, língua materna nas províncias de Nampula, Niassa, Cabo Delgado e Zambézia, continua a ser a mais falada em Moçambique com 5,8 milhões de falantes. A língua oficial no nosso país, o português, é falado por 3,6 milhões de moçambicanos.*

Texto: Adérito Caldeira

Continuam a aumentar os falantes do Emakhuwa em Moçambique os 4.134.294 recenseados em 2007 aumentaram para 5.813.083 em 2017 sendo que grande parte, de acordo com Instituto Nacional de Estatística (INE), são crianças com 5 a 9 anos de idade, 1.296.694.

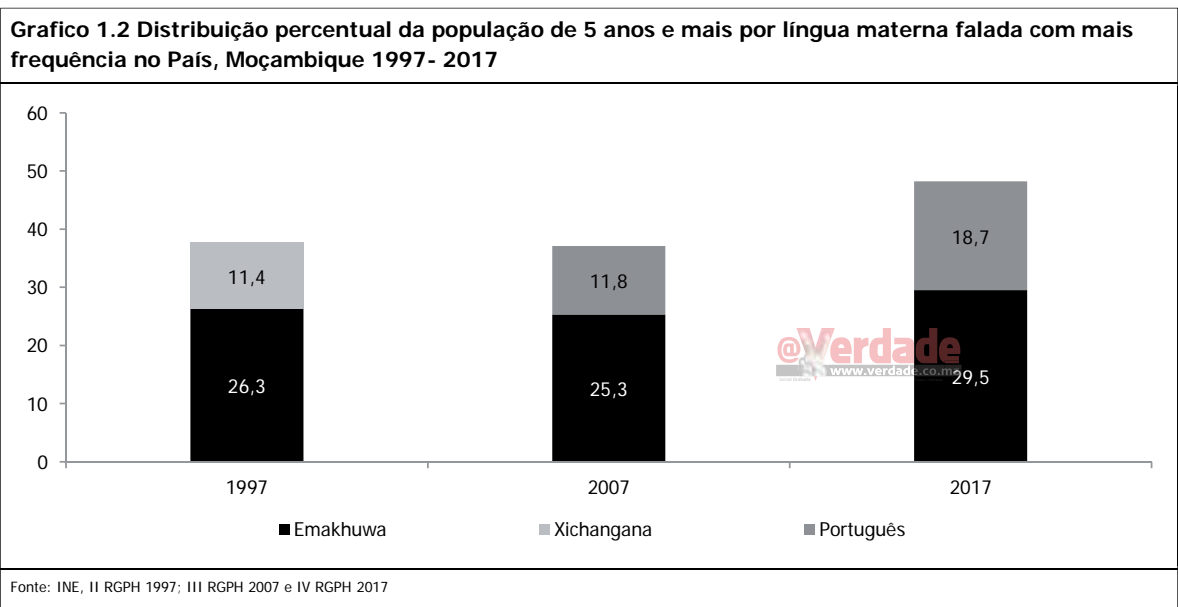
De acordo com os académicos Armindo Ngunga e Osvaldo G. Faquir esta língua materna tem 14 variantes. Na Província de Nampula existe o Emakhuwa falado na cidade-capital e seus arredores, nomeadamente, Mecubúri, Muecate, Meconta, parte de Murrupula, Mogovolais, parte de Ribáwe e Lalawa; a variante Enahara, falada nos distritos de Mossuril, Ilha de Moçambique, Nacala-Porto, Nacala-a-Velha e parte de Membá; a variante Esaaka, falada nos distritos de Eráti, Nacarôa e parte de Membá; a variante Esankaci, falada em algumas zonas do distrito de Angoche; a variante Emarevo-

ni, falada em partes dos distritos de Moma e Mogincual; e a variante Elomwe, falada nos distritos de Malema, parcialmente nos distritos de Ribáwè, Murrupula e Moma.

Na Província de Cabo-Delgado as variantes são Emeetto falada nos distritos de Montepuez, Balamá, Namuno, Pemba, Ancuabe, Quissanga, parte dos distritos de Meluco, Macomia e Mocimboa da Praia; e a variante Esaaka falada nos distritos de Chiure e Mecúfi.

As variantes da Província do Niassa são Exirima, falada nos distritos Metarica e Cuamba; a Emakhuwa falada nos distritos de Mecnheles, Cuamba, Maúá, Nipepe, Metarica e parte do distrito de Mandimba; e a Emeetto falada nos distritos de Marupa e Maúá.

Já na Província da Zambézia existem as variantes Emakhuwa falada em Pebane; a variante



Elomwe falada em Gurue, Gilé, Alto Molócue e Ile; e ainda a variante Emarevoni falado numa parte de Pebane.

Entretanto o IV Recenseamento Geral da População e Habitação

mostra que os falantes de português também estão a aumentar, terceira língua mais falada em 1997, atrás do Xichangana, falam a língua oficial 3.686.890 moçambicanos, mais do dobro que em 2007 quando eram 1.750.806.

Das 47 línguas moçambicanas consideradas maternas destaca-se ainda o Xichangana com 1.919.217 falantes, seguida pelo Cinyanja com 1.790.831 falantes, Cisena com 1.578.164 falantes.



## Ciúmes originam dois assassinatos na Província da Zambézia

*Uma cidadã foi assassinada à paulada pelo seu companheiro motivado por ciúmes, na semana passada na Cidade de Quelimane. Ainda na Província de Quelimane, no Distrito de Molumbo, um outro cidadão que se julgou traído assassinou com um pau o alegado amante da sua esposa.*

Texto: Redacção

O primeiro crime aconteceu na noite do passado dia 25 no bairro Manhaua, na Cidade de Quelimane, quando um cidadão que já não vivia na companhia da mãe do seu filho visitou-a, tendo tido acesso ao telemóvel leu mensagens que o enfureceram e o levaram a espancar a antiga companheira com um pão de pilar.

A cidadã, com graves ferimentos na cabeça e no corpo, foi acudida pelos vizinhos que a levaram ao hospital onde recebeu atendimento médico e recebeu alta. Dois dias depois faleceu em casa.

O assassino tentou suicidar-se, quando apercebeu-se do acto criminoso que cometeu, mas foi salvo e recupera no Hospital provincial de Quelimane.

Entretanto em Molumbo um outro indivíduo, que suspeitando que a esposa o traía com outro homem, dirigiu-se a casa do alegado amante tendo-o agredido com um pau até a morte. O assassino foi detido pela Polícia da República de Moçambique no Comando distrital de Molumbo.

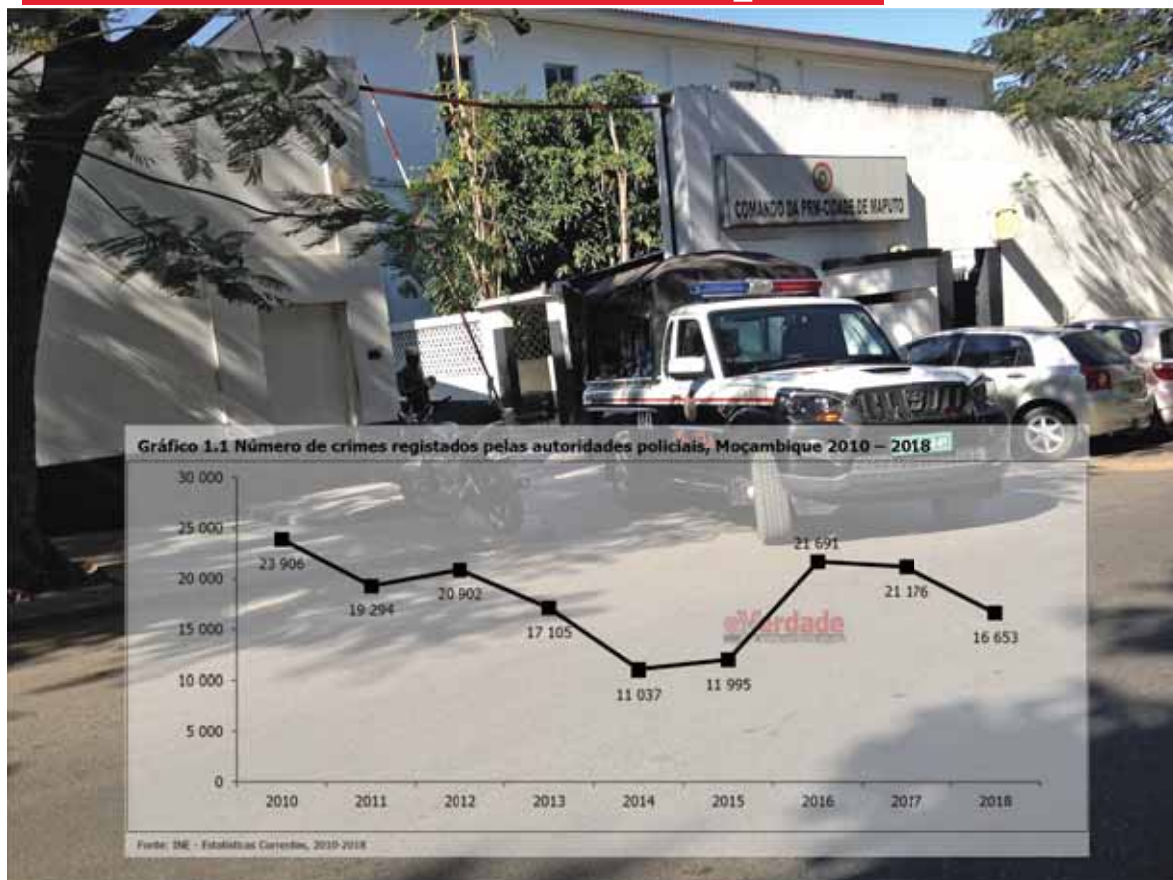
Ainda no balanço criminal da semana passada a PRM na Zambézia registou a morte de outras duas pessoas que se afogaram nos distritos de Gurué e Quelimane, quando tentavam retirar água de poços não protegidos.

**Se tens alguma denúncia ou queres contactar um jornalista**

**Telegram**  
**86 450 3076**

**E-Mail**  
**[averdademz@gmail.com](mailto:averdademz@gmail.com)**

## Comando da Polícia esconde criminalidade em Maputo



*O Comando da Polícia na Cidade de Maputo escondeu informação sobre a criminalidade durante os últimos 3 meses de 2018 influenciando uma redução de 4.500 nos crimes registados em Moçambique, ainda assim na capital aconteceram quase metade de todos actos criminais. Assinalável foi também o aumento de menores indiciados pelas autoridades com destaque para a Província de Gaza com 21,4 por cento.*

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 08 →

## Falta de horário, indicação da lotação ou luminoso com destino nos transportes públicos de passageiros custará multa

*A ausência da tabela de horários no interior dos transportes públicos de passageiros, a falta da legenda da lotação ou de um letreiro luminoso no exterior indicando o destino da carreira ou de um serviço de aluguer passará a custar uma multa de 20 mil Meticais ao abrigo do novo Regulamento de Transporte em Veículos Automóveis.*

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

“O veículo empregue em transporte público de passageiros deve ter: No Interior, em local bem visível, a tabela de horários, tarifas das carreiras e a matrícula do veículo”, determina o número 1 do Artigo 110 do Decreto 35/2019 que entra em vigor no próximo mês e multa em 20 mil Meticais a falta desta informação.

Adicionalmente os transportes públicos de passageiros devem ter no exterior, em local bem visível, sob pena de serem multados em 20 mil Meticais: “Legendas referentes à lotação, escritas em letras vermelhas sobre fundo branco de uma tabela de dimensões não inferiores a 0,80 x 0,30 m; Um letreiro, à noite devidamente iluminado, no qual se indica o local de destino da carreira e, quando o veículo efectuar o desdobramento



ou um serviço de aluguer ou de excursão ou se deslocar para outros fins, o letreiro indicará respectivamente Desdobramento, Aluguer, Excursão ou reservado”.

O novo Regulamento de Transporte em Veículos Automóveis impõe ainda, no que a inscrições

que devem constar nos veículos de transporte de passageiros diz respeito, que “a entidade licenciadora deve aprovar as cores e dimensões das faixas de identificação do veículo podendo ser em letras e números colocados nos veículos em local bem visível”.





→ continuação Pag. 07 - Comando da Polícia esconde criminalidade em Maputo

O número de crimes registados em Moçambique reduziu de 21.176 para 16.653 porque a Cidade de Maputo, que tem a taxa mais alta de crimes, disponibilizou ao Instituto Nacional de Estatística (INE) apenas “informação referente aos primeiros 9 meses” de 2018. Uma situação que não é nova em 2013, 2014 e 2015 o Comando da Polícia na Cidade de Maputo também não disponibilizou informação completa sobre a criminalidade originando uma redução.



No entanto só em 9 meses ocorreram 8.968 crimes na capital moçambicana, quase a metade de todo o resto do país junto. De acordo com as “Estatísticas de Crime e Justiça em 2018” compiladas pelo INE, 4.988 dos casos registados na Cidade de Maputo foram crimes contra a propriedade (roubos, assaltos à mão armada, furto qualificado, furto simples, furto doméstico, abuso de confiança, cheque sem cobertura, extorsão, fogo posto e outros crimes relacionados com a perda de posse de um bem e a constituição de novo proprietário desse mesmo bem), 3.392 crimes contra pessoas (homicídio voluntário, homicídio frustrado, ofensas corporais voluntárias simples, ofensas corporais voluntárias qualificadas, violações, estupro), e

136 foram crimes contra a ordem e tranquilidade pública.

Também alta é a criminalidade na Província de Maputo, 3.258 crimes foram registados em 2018, com maior incidência para 2.174 crimes contra a propriedade e 927 crimes contra pessoas.

Quadro 3.1 Crimes registados e percentagem de esclarecidos pelas autoridades policiais, segundo comando provincial, Moçambique 2016 – 2018

Comando Provincial	Registados	% dos Esclarecidos	Registados	% dos Esclarecidos	Registados	% dos Esclarecidos
Total	21 691	95,1	21 176	94,5	16 653	85,8
Nuassa	762	94,9	492	82,3	543	79,2
Cabo Delgado	1 063	88,9	741	88,1	603	87,8
Nampula	862	85,8	775	89,4	709	86,9
Zambézia	763	88,5	623	88,7	521	90,4
Tete	294	88,4	304	85,9	198	90,4
Manica	181	88,4	229	88,0	172	90,7
Sofala	1 039	83,3	851	83,1	707	87,0
Inhambane	332	94,0	362	94,3	305	88,0
Gaza	666	95,8	699	84,9	673	88,6
Maputo Prov.	4 100	94,1	4 706	83,8	3 258	85,0
Maputo Cidade	11 698	94,9	11 453	84,0	8 968	85,7

Fonte: INE - Estatísticas Criminais, 2019-2018

De acordo com o documento publicado esta semana grande dos criminosos em Moçambique são do sexo masculino, 94,4 por cento no entanto as indicadas do sexo feminino aumentaram de 3,4 por cento em 2017 para 5,6 por cento em 2018 sendo que a maioria dos crimes praticados por mulheres ocorreram na Cidade de Maputo.

### Manica é a Província com menor criminalidade

As “Estatísticas de Crime e Justiça em 2018” revelam outros dados preocupantes que é o aumento de menores criminosos particularmente na Província de Gaza onde dos 632 indiciados 21,4 por cento tem menos de 18 anos de idade, na Província de Nampula 19,7 por cento dos 635 indiciados

são menores e na Província de Tete 14,3 por cento dos 251 criminosos são crianças.

Quadro 3.6 Distribuição percentual de indiciados, registados pelas autoridades, por sexo segundo comando provincial, Moçambique 2016-2018

Comando provincial	2016	2017	2018
	H M Total N	H M Total N	H M Total N
Total	97,2 2,8 100,0 20 705	96,6 3,4 100,0 20 157	94,4 5,6 100,0 15 835
Nuassa	98,6 0,4 100,0 1 060	100,0 0,0 100,0 409	98,6 1,4 100,0 443
Cabo Delgado	97,8 2,2 100,0 757	96,9 3,1 100,0 576	96,7 3,3 100,0 546
Nampula	98,3 1,7 100,0 779	97,7 2,3 100,0 788	96,9 3,1 100,0 635
Zambézia	97,9 2,1 100,0 657	96,4 3,4 100,0 521	95,9 4,1 100,0 480
Tete	99,4 0,6 100,0 304	96,9 3,1 100,0 305	94,4 5,6 100,0 251
Manica	93,0 7,0 100,0 230	95,3 4,5 100,0 229	94,4 5,6 100,0 206
Sofala	96,4 3,6 100,0 1 243	97,0 2,9 100,0 790	95,3 4,7 100,0 732
Inhambane	99,8 0,2 100,0 367	99,0 1,0 100,0 292	96,3 3,7 100,0 294
Gaza	94,1 5,9 100,0 807	96,4 3,6 100,0 894	95,3 4,7 100,0 832
Maputo Província	92,6 7,4 100,0 3 985	94,4 5,6 100,0 4 947	94,9 5,1 100,0 3 452
Maputo Cidade	98,3 0,7 100,0 10 466	98,0 2,0 100,0 10 506	92,5 7,5 100,0 8 124

Fonte: INE - Estatísticas Criminais, 2019-2018

Os menores cometeram principalmente crimes contra a propriedade mas também existem muitas crianças indiciadas por crimes contra pessoas.

Quadro 3.12 Distribuição percentual dos indiciados, registados pelas autoridades policiais por idade segundo comando provincial, Moçambique 2016 – 2018

Comando Provincial	2016	2017	2018
	<18 18+ Total N	<18 18+ Total N	<18 18+ Total N
Total	5,3 94,7 100,0 20 705	5,1 94,9 100,0 20 157	6,6 93,4 100,0 15 835
Nuassa	5,8 94,2 100,0 1 060	0,0 100,0 100,0 409	1,4 98,6 100,0 443
Cabo Delgado	3,8 96,2 100,0 757	1,4 98,6 100,0 576	4,6 95,4 100,0 546
Nampula	20,4 79,6 100,0 779	17,6 82,4 100,0 788	19,7 80,3 100,0 635
Zambézia	6,5 93,5 100,0 657	7,9 92,1 100,0 521	6,5 93,5 100,0 480
Tete	9,9 90,1 100,0 304	13,5 86,5 100,0 305	14,3 85,7 100,0 251
Manica	11,7 88,3 100,0 230	8,3 91,7 100,0 229	10,9 89,1 100,0 206
Sofala	11,3 88,7 100,0 1 243	10,3 89,7 100,0 790	9,4 90,6 100,0 732
Inhambane	13,1 86,9 100,0 367	10,3 89,7 100,0 292	8,5 91,5 100,0 294
Gaza	17,0 83,0 100,0 807	19,2 80,8 100,0 894	21,4 78,6 100,0 832
Maputo Província	5,9 94,1 100,0 3 985	6,8 93,2 100,0 4 947	6,1 93,9 100,0 3 452
Maputo Cidade	1,8 98,2 100,0 10 466	2,0 98,0 100,0 10 506	3,0 97,0 100,0 8 124

Fonte: INE - Estatísticas Criminais, 2019-2018

Manica é a Província com menor criminalidade, durante o ano passado a Polícia da República de Moçambique registou apenas 172 crimes, menos do que os 228 de 2017, sendo que 75 foram crimes contra a propriedade e 64 crimes contra pessoas.

A taxa de criminalidade também é baixa na Província de Tete onde foram registados 198 crimes em 2018, dos quais 88 foram contra a propriedade e 64 crimes contra pessoas.

## Teriam sido gastos em custas judiciais: MITESS fez poupar 36 milhões MT a litigantes se tivessem ido aos tribunais

*O Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS), através das acções da Comissão de Mediação e Arbitragem Laboral (COMAL), tornou possível, durante o presente quinquénio, uma poupança de cerca de 36 milhões meticais, que resultariam de custas judiciais caso os conflitos laborais ocorridos tivessem sido dirimidos nos tribunais.*

Texto: [www.fimde semana.co.mz](http://www.fimde semana.co.mz)

Neste período foram registadas 32 paralisações e/ou greves e que encontraram, na sua maioria, uma solução pacífica com a intervenção da COMAL que, com mes- tria, foi aproximando as partes, tendo sido possível celebrar acordos e manter o clima de paz e normalidade nas actividades la- borais.

Esta informação foi dada a conhecer, na segunda-feira, 1 de Julho, em Maputo, pela ministra do Trabalho, Emprego e Seguran- ça Social, Vitória Diogo, no decurso da 9ª Reunião Nacional da COMAL, um fórum para a avaliação das realizações no cum- primento do Programa Quinquenal do Gover- no e do Plano Económico e Social (PES).

A ministra explicou que os resultados po- sitivos da mediação, contribuem também para o descongestionamento dos tribunais laborais, pois sem a COMAL a funcionar, todos os processos referentes a conflitos laborais teriam de ser submetidos às ins- tâncias judiciais.

“Os resultados da acção da COMAL no País são visíveis, pois desde 2015 a Maio de 2019, deram entrada nos Centros de Mediação e Arbitragem Laboral 32.456 pe- didos de mediação, tendo sido mediados 30.849 casos, dos quais 25.841 resultaram em acordos entre as partes, corresponden- do a 83,7%, um resultado acima da média da região que se situa nos 75%”, frisou.

Das mediações, conforme sustentou a go- vernante, cerca de 195.250.590 meticais foram pagos em indemnizações e salários em atraso aos trabalhadores e reintegrados aos seus postos de trabalho 3.628 traba- lhadores que haviam sido desvinculados em virtude de conflitos laborais.

“Estes resultados têm sido alcançados mercê da conciliação que caracteriza os processos de mediação, da oportunidade que é dada às partes envolvidas no conflito de poderem expor e debater os seus pro- blemas em igualdade de circunstância, do facto da prestação do serviço de mediação

pelo Estado até ao presente momento ser gratuito, não trazer consigo custas proces- suais, tornando os processos simples, fle- xíveis, céleres e baseados na interacção, abertura e confiança entre as partes, a per- sonificação do diálogo social, entre outros”, vinçou.

Num outro desenvolvimento, a ministra realçou as acções de prevenção de con- flitos laborais, que o MITESS, através da COMAL e Inspecção Geral do Trabalho têm vindo a realizar nas empresas, visando a divulgação dos instrumentos jurídicos que regem a relação laboral e sensibilização das partes para adopção de diálogo perante diferendos, e, principalmente visando es- treitar uma relação de proximidade entre o Governo, patronato e a classe trabalhadora.

Com efeito, durante o quinquénio, foram realizadas 3.027 palestras abrangendo um universo de 103.939 participantes entre trabalhadores e empregadores, e prestadas 9.457 assessorias técnicas.

## Mais de 1.000 árvores vão ser plantadas pelo Standard Bank

*No âmbito da sua política de responsabilidade social, o Standard Bank vai lançar nesta quarta-feira, 3 de Julho, um projecto de plantio de árvores, através do qual pretende contribuir para a consciencialização das comunidades sobre a importância da preservação do meio ambiente.*

Texto: [www.fimde semana.co.mz](http://www.fimde semana.co.mz)

O projecto, a ser lançado na cidade da Matola e, posteriormente, nas cidades de Maputo e da Beira, vai abranger algumas vias de acesso, universidades e escolas primárias e secundárias das três urbes, es- tando previsto o plantio de cerca de mais de mil (1.000) árvores de várias espécies.

A cerimónia de lançamento terá lugar na Escola Secundária de Bo- quisso, na autarquia da Matola, na província de Maputo, e será testemu- nhada pela ministra da Educação e Desenvolvimento Humano, Conceita Sortane, governador da província de Maputo, Raimundo Diomba, pre- sidente do Conselho Autárquico da

Matola, Calisto Cossa, alunos e comu- nidades circunvizinhas.

Para além dos membros da Comis- são Executiva e do Conselho de Administração do Standard Bank, estarão presentes representantes do ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural.

### Desporto

## Délcio e Adelvino estreiam-se com derrota no Mundial de vólei de praia

*Délcio Soares e Adelvino Nuvunga iniciaram com uma derrota diante da dupla italiana Lupo e Nicolai, no passado sábado (29), a disputa do Campeonato do Mundo de vólei de praia que decorre na Alemanha. A dupla moçambicana voltou a perder neste domingo (30) para os brasileiros Andre e George.*

Texto: Adérito Caldeira

Inseridos no Grupo H, Délcio e Adelvino enfrenta- ram na estreia uma dupla italiana que ocupa o oita- vo lugar do ranking mundial. Perderam o 1º set por 21-12 e foram derrotados no 2º set por 21-4 numa partida que durou apenas 26 minutos.

Na 2ª partida os moçambicanos ainda tentaram dar luta aos brasileiros que são os 17º classificados do ranking mas perderam o 1º set por 21-13 e o 2º set por 21-11.

Nesta quarta-feira (03) Délcio e Adelvino, classifica- dos em 41º lugar do ranking mundial, vão enfrentar os austríacos Seidl e Waller, números 32 do ranking, com quem repartem o último lugar do Grupo.





## Délcio e Aldevino terminam Mundial de vôlei de praia com derrota

*Os moçambicanos Délcio Soares e Adelino Nuvunga terminaram nesta quarta-feira (03) a sua participação no Campeonato do Mundo de vôlei de praia desta vez diante de uma dupla austríaca.*

Texto: Adérito Caldeira

Obrigados a vencer a dupla Robin Seidl e Philipp Waller, número xx no ranking mundial, para continuarem no Mundial que decorre na Alemanha Délcio e Adelino recuperaram de uma desvantagem de 4-0 pontos no 1º set e empataram primeiro a 7 pontos, depois a 8 e fizeram a cambalhota no placar chegando aos 8-10 pontos. Porém os austríacos voltaram a empatar a 11, reassumiram a liderança e abriram vantagem vencendo o set por 21-15 pontos.



Mas no 2º set os austríacos não deram chances, abriram o placar e começaram a distanciar-se acabando por vencer por 21-12 pontos.

Após derrotas nas duas jornadas iniciais, primeiro diante dos italianos Daniele Lupo e Paolo Nicolai e depois dos brasileiros George Wanderley e Andre Stein, os moçambicanos ficaram-se no último lugar do Grupo H.

De acordo com o presidente da Federação Moçambicana de voleibol, Khalid Cassamo, o objectivo desta participação era de rodar a dupla na alta roda da modalidade e prepara-la para conquistar o ouro nos Jogos Africanos que vão decorrer este ano no Marrocos.

*Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no*



## Ministra Vitória Diogo clama criação de 1.66.268 empregos desde 2015 mas admite que só um terço desses novos trabalhadores estão inscritos no INSS



*A ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social clamou nesta quarta-feira (03) que "desde 2015 até ao 1º semestre do presente ano foram criados 1.667.268 empregos acima da meta prevista", contudo Vitória Dias Diogo admitiu que apenas um terço desses novos empregos foram inscritos pelo INSS o que quer dizer que mais de um milhão são empregos precários ou os denominados auto-empregos. Por outro lado enquanto o salário mínimo mais alto em Moçambique aumentou 4.710 Meticais desde 2015, o cabaz de bens essenciais encareceu 11.137 Meticais desde que Filipe Nyusi é Presidente.*

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 10 →

## PM recomenda órgãos públicos de informação a fazerem campanha eleitoral à favor do Governo da Frelimo

*O primeiro-ministro, Carlos Agostinho do Rosário, recomendou nesta quarta-feira (03) aos órgãos públicos de informação "a aprimorar a coordenação, sobretudo com os Departamentos de Comunicação e Imagem dos sectores da administração pública com vista a massificar a divulgação das acções e realizações do Governo" do partido Frelimo, tendo em vista as Eleições Gerais de 15 de Outubro.*

Texto: Redacção • Foto: Gabinete Primeiro Ministro

Carlos Agostinho do Rosário, discursando na abertura do X Conselho Consultivo do Gabinete de Informação (GABINFO), começou por apelar "aos órgãos públicos de informação a estarem na vanguarda da nobre missão de garantir a disseminação de informação de forma isenta, responsável e com objectividade".

O primeiro-ministro recomendou ao GABINFO assim como aos órgãos públicos de informação "a aprimorar a coordenação, sobretudo com os Departamentos de Comunicação e Imagem dos sectores da administração pública com vista a massificar a divulgação das acções e realizações do Governo".

"Os Departamentos de Comunicação e Imagem devem assegurar a disponibilização, em tempo útil, de material informativo de qualidade sobre as realizações dos respectivos sectores no âmbito da implemen-



tação do Programa Quinquenal do Governo", acrescentou Carlos Agostinho do Rosário numa clara recomendação para que a Rádio Moçambique, a Televisão de Moçambique, os Jornais Notícias e Domingo e a Agência de Informação de Moçambique façam ainda mais campanha eleitoral para a vitória do partido Frelimo nas Eleições Presidenciais,

Legislativas e Províncias de Outubro.

O @Verdade revelou que a primeira prioridade do Plano Económico e Social de Filipe Nyusi para 2019 é fazer propaganda das "realizações" positivas da sua governação usando os órgãos públicos de informação sob coordenação do Gabinete de Informação.





→ continuação Pag. 09 - Ministra Vitória Diogo clama criação de 1.66.268 empregos desde 2015 mas admite que só um terço desses novos trabalhadores estão inscritos no INSS

“Fruto da implementação de medidas conjugadas de promoção de um ambiente de negócios, especialmente na atracção de grandes investimentos, como também no acarinhamento para o florescimento de micro, pequenas e médias empresas, e o incentivo ao empreendedorismo, com grande impacto na criação de postos de trabalho, desde 2015 até ao 1º semestre do presente ano foram criados 1.667.268 empregos, acima da meta prevista” clamou Vitória Diogo.

Uma falácia que é desmentida pelo Instituto Nacional de Estatísticas que no Censo de 2017 apurou que estão empregues desde que Moçambique existe em sectores cuja actividade laboral é fixa, remunerada mensal mediante um contrato de trabalho apenas 1.181.003 de cidadãos.

Aliás Vitória Diogo admitiu, quicá inconscientemente, durante a abertura do XXX Conselho Coordenador do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESSE) que apesar desses postos de emprego alardeados desde 2015, “no domínio da Segurança Social Obrigatória, procedemos a inscrição de 48.869 novos contribuintes e 430.566 trabalhadores por conta de outrem (...) Actualmente o Sistema de Segurança Social conta com 110.000 contribuintes e 1.525.000 beneficiários”.

Embora a ministra tenha enfatizado que “transparência” não quis clarificar ao @Verdade a disparidade existente entre o número de empregos que clama terem sido criados e aqueles que são dignos por estarem registados no Instituto de Segurança Social (INSS).

A verdade é que grande parte dos novos postos de trabalho contabilizados pelo Governo de Filipe Nyusi são de cidadãos empregados por conta pró-

pria, o chamado auto-emprego ou empreendedores. De acordo com o Censo de 2017 existem 4.261.797 moçambicanos nessa situação.

Ademais outra parte significativa de novos empregos foram criados nos sectores de Agricultura, Caça, Florestas, Silvicultura e Pescas onde grande parte da mão-de-obra é contratada sazonalmente e sem vínculos laborais.



**Salário mínimo mais alto aumentou 4.710 Meticais desde 2015, cabaz de bens essenciais encareceu 11.137 Meticais**

“Fruto de um diálogo dinâmico e profícuo foram alcançados consensos nas negociações salariais de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019”, enfatizou a governante alheia ao facto desses

consensos terem resultado em aumentos salariais míseros comparativamente ao aumento dos preços em quase 50 por cento, particularmente da comida, transportes e assim como de serviços básicos como água potável ou electricidade.

Contas feitas pelo @Verdade indicam que entre 2015 e 2019 os salários mínimos no sector Público aumentaram

o sidente de Moçambique o cabaz de bens essenciais foi estimado pela Organização dos Trabalhadores Moçambicanos em 8.500 Meticais. Em 2019 o mesmo cabaz que contabiliza arroz, farinha de milho, feijão-manteiga, amendoim, carapau, vegetais e legumes, pão, óleo vegetal, açúcar amarelo, petróleo, detergente, carvão e custos de transporte para o chefe de família foi estimado pela Organização sindical em 19.637 Meticais.

**Despesas de Administração da Segurança Social baixam de 25 para 16 por cento**

Ainda em jeito de balanço preliminar do desempenho do MITESSE no quinquénio a governante destacou a reforma e a modernização dos serviços prestados pelo INSS que garantem, por exemplo, que o trabalhador pode saber a sua situação contributiva a qualquer momento através de uma aplicação online, a prova de vida passou a ser biométrica e o cálculo das prestações de segurança social são automáticos, “o período de processamento das pensões passou de mais de um ano para o máximo de 30 dias, o processamento de subsídios, que chagava à seis meses, reduziu para sete dias, e o subsídio de funeral é concedido no mesmo dia”.

“Trata-se de reformas que tornaram a gestão da segurança social mais rigorosa, criteriosa e transparente, resultando não só na redução de incidência de irregularidades e fraudes, como também na redução das despesas de Administração da Segurança Social dos anteriores 25 por cento da utilização das receitas para cerca de 16 por cento” vangloriou-se ainda a ministra Vitória Diogo que enfatizou “Estamos em dia quanto à publicação das contas do Instituto Nacional de Segurança Social”.

rem nominalmente menos de 2 mil Meticais, tal como os aumentos agregados nos sectores de Agricultura, Caça, Florestas, Silvicultura e Pescas. No sector privado o maior aumento nominal do salário mínimo foi de 4.710 Meticais no das Actividades Financeiras, Bancos e Seguradoras.

Quando Filipe Nyusi tornou-se Pre-

## Plantio de mais de 3.000 árvores pelo Standard Bank: Conceita Sortane alerta sobre os comportamentos nocivos ao ambiente

*O Standard Bank lançou, na quarta-feira, 3 de Julho, na Escola Secundária de Boquisso, autarquia da Matola, na província de Maputo, um projecto de plantio de mais de 3.000 árvores, nas cidades de Maputo, Matola e Beira, através do qual pretende contribuir para a consciencialização das comunidades sobre a importância da preservação do meio ambiente.*

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Trata-se de um projecto cujo lançamento coincide com a celebração do Dia Mundial Sem Saco Plástico e que prevê o plantio de árvores de diferentes espécies (com destaque para acácias, palmeiras, casuarinas e fruteiras) nalgumas rodovias, universidades e escolas primárias e secundárias das três urbes.

O lançamento da iniciativa numa escola, conforme explicou o presidente do Conselho de Administração do Standard Bank, visa incutir nos alunos hábitos ambientalmente saudáveis e responsáveis, e, por via disso, torná-los disseminadores no seio das suas famílias e comunidades.

“Hoje plantamos mas é preciso regar e cuidar destas árvores como cuidamos dos vossos livros, cadernos e carteiras. Cuidem destas (e de outras) árvores para que vos dêem a sombra e os frutos. Queremos continuar a dar esta alegria para que estudem e sejam bons homens amanhã. Para enfrentar o mundo amanhã é preciso estudar, ser bom aluno, mas num ambiente saudável, como o que es-

tamos a preparar agora”, apelou Tomaz Salomão.

Para fazer jus à necessidade de mudança do comportamento por parte do homem, Chuma Nwokocho, administrador delegado do Standard Bank, referiu-se aos dois ciclones (Idai e Kenneth) que assolaram recentemente o País, como parte dos efeitos nocivos da acção humana sobre a natureza.

“Estamos a testemunhar no País, no continente e no mundo, ciclones, vagas de calor e outros eventos climáticos severos que devem merecer a nossa atenção. Há necessidade de aprendermos a cuidar do meio ambiente, por isso escolhemos uma escola (para fazer o lançamento do projecto) como forma de ensinar os nossos alunos como cuidar do meio am-

biente”, sublinhou o administrador delegado.

Com o plantio de árvores, acres-



centou Chuma Nwokocho, o banco acredita que “cada um de nós pode contribuir no combate à desertificação e às alterações climáticas que conduzem aos desastres naturais, na protecção da camada de ozono e, por via disso, na redução do aquecimento global”.

Na ocasião, a ministra da Educação e Desenvolvimento Humano, Conceita Sortane, que dirigiu a cerimónia de lançamento, considerou que esta iniciativa vai contribuir para a mudança de comportamento das comunidades, tendo, por isso, apelado ao envolvimento de todos (pais, encarregados de educação, alunos, entre outros) para que sejam atingidos os objectivos definidos aquando da sua concepção.

“Mais do que lançar este projecto de plantio de árvores, estamos aqui para alertarmos sobre os riscos do mau uso do espaço em que vivemos: o planeta Terra. O aquecimento global, as alterações do ciclo natural dos animais e plantas, a falta de água, a poluição do ar e da água, entre outras situações, são uma clara reacção da natureza em resposta ao nosso comportamento

negativo”, disse a governante.

A propósito, Conceita Sortane louvou o facto de o Standard Bank ter os alunos como público-alvo deste projecto pois, na sua opinião, “é a partir da escola e da mais tenra idade que se pode influenciar na mudança de comportamento”.

Cientes do seu papel na preservação do meio ambiente, os alunos, por seu turno, comprometeram-se a cuidar das árvores plantadas no recinto da sua escola, assim como a influenciar as pessoas que lhes rodeiam a pautarem por um comportamento positivo.

“Estamos conscientes de que, com o plantio destas árvores na nossa escola, teremos um ambiente mais saudável, colorido, e passaremos a dispor de sombras e frutas, assim como temos consciência de que é da nossa responsabilidade cuidar das mesmas para o seu crescimento”, assegurou Cláudia Manhique, que falou em representação dos alunos da Escola Secundária de Boquisso.



## MITESSE reduziu fraudes e aumentou para 520 milhões de Meticais receitas com contratação de estrangeiros

A ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social revelou nesta quarta-feira (03) que graças às reformas implementadas reduziram as fraudes na contratação de mão-de-obra estrangeira e o Estado quadruplicou as receitas para 520 milhões de Meticais em 2018. Entretanto no 1º trimestre de 2019 reduziu a contratação de expatriados em Moçambique.

Texto: Adérito Caldeira

Discursando na abertura do último Conselho Coordenador do mandato Vitória Dias Diogo disse que o sector consolidou a implementação do Sistema de Informação Migratório com a inclusão da intercomunicabilidade com o Sistema de Segurança Social e a base de dados da Autoridade Tributária.

“Estas reformas tem possibilitado maior controlo nos processos de contratação de cidadãos estrangeiros no país, contribuindo, simultaneamente, na redução de espaço para fraudes e na melhoria da arrecadação de receitas para o Estado, dos anteriores cerca de 150 milhões de Meticais ano em 2014, evoluímos para cerca de 520 milhões de Meticais ano em 2018”, revelou a ministra.

Embora não tenha precisado quantos estrangeiros trabalham em Moçambique, existem indicações de rondarem os cem mil, a ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social disse que 33.094 estrangeiros foram abrangidos pelas acções de controlo da legalidade, desde 2015, e que 3.775 foram encontrados a trabalharem ilegalmente no nosso país.

O Boletim Informativo do Mercado de Trabalho, que não apresenta dados cumulativos, indica que na sua edição mais recente que durante o 1º trimestre de 2019 foram contratados 5.830 estrangeiros, uma redução de 20,5 por cento face ao período anterior, com destaque para as províncias da Zambézia, Niassa e Inhambane com variações negativas.

Desse universo 293 expatriados foram contratados no regime de curta duração de 180 dias, aplicável no sector de petróleo e minerais, dos quais 101 estrangeiros foram admitidos na Província de Tete, 83 na Província de Nampula e 80 na Província de Cabo Delgado.

## Mozal mantém produção recorde, aumenta receitas mas paga menos dividendos à Moçambique



Os dividendos da fundição Mozal para o Estado moçambicano em 2018 caíram 50,3 por cento, num ano em que manteve a sua produção recorde, os preços do alumínio aumentaram e as suas receitas em Dólares norte-americanos cresceram.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 12 →

## Gabinete de Reconstrução pós-Ciclone Idai irá reconstruir zonas afectadas pelo Kenneth e “todas outras calamidades”

O Governo decidiu alargar as atribuições do Gabinete de Reconstrução pós-Ciclone Idai para abarcar recuperação das zonas afectadas pelo Ciclone Kenneth e “todas outras calamidades que eventualmente vierem a ocorrer” em Moçambique nos próximos tempos.

Texto: Redacção • Foto: Gabinete Primeiro Ministro

Criado a 9 de Abril para assegurar a reconstrução e recuperação pós-calamidades nas zonas afectadas

poder abranger as províncias de Cabo Delgado e Nampula, que foram atingidas pelo Ciclone Kenneth em Abril.



pelo Ciclone Idai, que em Março passado fustigou a Província de Sofala e afectou as províncias de Manica, Tete, Zambézia e Inhambane o Gabinete de Reconstrução pós-Ciclone Idai teve as suas atribuições alargadas desde o passado dia 22 de Maio para

Além disso o @Verdade apurou que o Conselho de Ministro decidiu que esta instituição, que ainda busca dinheiro para iniciar as suas actividades no terreno, irá lidar com “todas outras calamidades que eventualmente vierem a ocorrer durante a

sua vigência que, pela sua natureza, requeiram ou impliquem a avaliação de perdas e danos, bem como a elaboração do respectivo Programa de Reconstrução”.

O @Verdade foi informado que o objectivo não é minimizar a área de intervenção do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades mas antes tirar essa responsabilidade de uma instituição que tem a missão de lidar com as situações de emergência que cada vez mais fazem parte do dia a dia de Moçambique.

Por outro lado é objectivo do Governo, caso consiga os 3,2 biliões que pediu à Comunidade Internacional, através deste Gabinete reconstruir não só as zonas directamente afectadas pelos ciclones Idai e Kenneth mas aproveitar para recuperar diversas outras infra-estruturas danificadas em épocas chuvosas anteriores nas províncias do Centro e Norte do país.





→ continuação Pag. 11 - Mozal mantém produção recorde, aumenta receitas mas paga menos dividendos à Moçambique

A Conta Geral do Estado de 2018 revela que a Mozal, onde o Estado moçambicano é acionista preferencial com 3,9 por cento, gerou dividendos de 181,9 milhões de Meticais (pouco mais de 3 milhões de Dólares), cerca de metade do que pagou em 2017.

Questionada pelo @Verdade sobre os motivos que ditaram redução de dividendos para Moçambique a empresa começou por esclarecer que “os dividendos sobre os lucros são pagos em proporção às acções que o Estado tem na Mozal”.

“A variação no montante dos dividendos pagos ao Estado estão directamente relacionados com a rentabilidade da empresa que no ano em questão o que é influenciado pelo preço do alumínio e de outras mercadorias no mercado internacional”, explicou a Mozal ao @Verdade.

Tabela 9 - Receitas de Dividendos (Em Milhões de Meticais)				
Proveniência	Ano 2017	Ano 2018	Peso	Varição 2017/18
Mozal	366.3	181.9	4.5%	-50.3%
Total 1/	10,113.0	4,060.9	100.0%	-59.8%
Receita Total	213,222.9	213,032.2		-0.1%
Contribuição dos Dividendos em % da Receita Total	4.7	1.9		

Contudo, e embora a Mozal não publique as suas Demonstrações Financeiras auditadas em Moçambique, o @Verdade apurou no Relatório e Contas do principal

accionista, a South32, uma mineradora australiana, que em 2018 a empresa produziu 271 mil toneladas de alumínio, “produzindo na sua capacidade máxima”.

A South32 reporta aos seus accionistas que graças a essa produção conjugada com o aumento do preço do alumínio em 20 por cento as receitas da Mozal cresceram

para 629 milhões de Dólares norte-americanos o que resultou num aumento em 30 por cento dos lucros.

Paradoxalmente durante o ano de 2017 a Mozal obteve receitas de menores, de 521 milhões de Dólares norte-americanos, no entanto pagou 366,3 milhões de Meticais em dividendos ao Estado moçambicano.

Primeiro megaprojecto a instalar-se em Moçambique em 1998 a Mozal quase não gera mais receitas para Estado além dos dividendos pois tem isenções de Imposto sobre o Valor Acrescentado, Contribuição Industrial, Contribuição Predial urbana, imposto sobre a sua produção(Royalties), e também não paga os 32 por cento do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Colectivas. Actualmente emprega pouco mais de 100 pessoas.

## Desigualdade salarial melhorou muito pouco em Moçambique, indica OIT

Uma nova base de dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre a distribuição de rendimentos no mercado de trabalho em 189 países, afirma que apenas 10 por cento dos trabalhadores em todo o mundo, ganham metade do salário global. Em Moçambique essa desigualdade melhorou menos de 1 por cento, desde 2014.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: @Verdade

A Base de Dados de Compartilhamento e Distribuição de Renda do Trabalho, desenvolvida pelo Departamento de Estatísticas da OIT, divulgada na passada quarta-feira (03) em Genebra, na Suíça, contém informações de 189 países. Ela é produzida através da maior coleção do mundo de dados de pesquisa de força de trabalho harmonizada e mostra que 10 por cento dos trabalhadores recebem 48,9 por cento do total do salário global, enquanto os 50 por cento dos trabalhadores mais mal pagos recebem apenas 6,4 por cento.



O diretor de Produção de dados da OIT e Unidade de Análise, Steven Kapsos, disse à ONU News que “os dados mostram que, em termos relativos, os aumentos nos rendimentos daqueles que ganham mais estão associados a perdas para todos os outros, com trabalhadores de classe média e baixa renda vendo um declínio na sua participação da renda.”

Em Moçambique no último ano do 2º mandato de Armando Guebuza 10 por cento daqueles que ganham mais ficavam com 65,69 por cento de toda massa salarial. Em 2017, último ano com dados disponíveis na base da OIT, essa desigualdade salarial diminuiu 0,99 por cento,

portanto os 10 por cento que auferem os salários mais altos ficam com 64,70 por cento de todos os rendimentos salariais.

“A maior parte da força de trabalho global recebe salários surpreendentemente baixos e, para muitos que têm um emprego, isso não significa ter o suficiente para viver”, explicou à ONU News o economista do Departamento de Estatística da OIT, Roger Gomis, que parecia que está a referir-se especificamente a situação salarial em Moçambique.

Na Função Pública moçambicana, por exemplo, os denominados dirigentes Superiores de Estado acumulam mensalmente uma série de subsídios tais como em função da sua formação académica, de risco, bónus, exclusividade, entre outros, que para muitos deles acresce em mais de 200 por cen-

to o vencimento base que a partida já é bastante acima da média.

No sector privado, particularmente nas multinacionais, a desigualdade é muito maior com os trabalhadores expatriados a serem remunerados em função dos salários nos seus países de origem e em divisas comparativamente aos moçambicanos, que embora alguns ganhem acima da média, tem salários 10 a 30 vezes abaixo dos seus colegas estrangeiros.

A nova base de dados será usada para monitorar o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

## Mais de 14.000 famílias passam a beneficiar do fornecimento de água sem restrições

Com o recente levantamento das restrições no fornecimento de água potável à província e cidade de Maputo, mais de 14 mil clientes da empresa Águas da Região de Maputo, (AdeM), dos bairros Jonasse, Campoane, Mapulene, Chiango, Laulane e Maxaquene B, passaram a beneficiar do fornecimento do precioso líquido sem interrupções.

Texto & Foto: [www.fimdesemana.co.mz](http://www.fimdesemana.co.mz)

Este incremento no número de consumidores, resulta do acordo alcançado entre o Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi e o Rei Mswati III, do Reino de eSwatini, que permitiu à empresa AdeM produzir, a partir da sua Estação de Tratamento de Água de Umbeluzi (ETA), localizada em Boane, província de Maputo, 209.875 metros cúbicos de água, por dia, isto é, um acréscimo na ordem de 13 por cento em relação à anterior distribuição.

José Barata, director de projectos da AdeM, disse que devido à localização física dos bairros beneficiários de melhorias no abastecimento de água, os Centros de Distribuição (CD) da Matola Rio, que fornecem os bairros de Juba, uma parte de Campoane, e Jonasse, que outrora sofreram restrições, já registam melhorias significativas no fornecimento.

Ainda em relação ao levantamento das restrições, o director de projectos, referiu que o CD de Laulane, que actualmente está a beneficiar de uma linha de reforço no transporte de água, cuja execução está em 75 por cento, vai permitir melhorias substanciais na distribuição da água, com um caudal maior, para a zona da Sommerschild, no centro da cidade de Maputo.

“Nós tínhamos cerca de 14 mil clientes que recebiam água com restrições. Estes já estão a receber água sem interrupções. As obras em execução vão permitir aumentar a cobertura e o número de clien-

tes. Neste momento, já existem condições para fazer novas ligações e ultrapassar a cifra actual de 250 mil clientes da AdeM”, afirmou o director de projectos.

Por outro lado, o bairro Maxaquene B, que tinham sido



igualmente afectado pelas restrições, passa a beneficiar de um sistema de bombagem, que se encontra na fase de ensaio, devendo trazer melhorias significativas no fornecimento do precioso líquido àquele bairro. “As infraestruturas estão lá. Só precisamos de água. No local onde temos infraestruturas o feedback é positivo”, explicou.

Questionado sobre as perdas que a AdeM registou durante o período das restrições, conjugadas com as vandalizações à sua rede de distribuição, José Barata disse que para se evitar fugas e prática de vandalizações, a empresa está a adoptar novas estratégias, mas por causa da

ausência de uma legislação específica para este tipo de comportamento, a alternativa passa por comunicar mais com as comunidades, líderes comunitários e fiscais da rede, o que vai permitir identificar algumas situações de baypass.

“Estamos a trabalhar com a comunidade. Temos também em manga a construção de fontes de água para pessoas que não dispõem de recursos para pagarem as suas facturas”, frisou.

Importa referir que para além do distrito urbano da Katembe, o CD de Intaka que é abastecido por meio de furos está a servir de reforço ao norte de Maputo, mais concretamente a zona que compreende o bairro George Dimitrov até o bairro do Jardim, a chamada área operacional de Chamanculo. Todos os pequenos sistemas de fornecimento de água de Ndlavela foram, recentemente, reactivados.



Universidade Politécnica desenvolve acções com vista à melhoria da qualidade do ensino

A Universidade Politécnica, a maior e mais antiga instituição de ensino superior privado do País, está a desenvolver várias acções com vista à melhoria da qualidade do ensino, que incidem, principalmente, sobre o currículo dos cursos leccionados, o corpo docente e a reestruturação orgânica.

Para o alcance deste desiderato, a instituição vai submeter, ainda este ano, todo o seu corpo docente, independentemente do regime (tempo inteiro ou parcial), a uma formação psicopedagógica, que vai ajudar a melhorar o processo de ensino e aprendizagem na sala de aula.

É, na verdade, uma prática normal na instituição, que obriga a que os docentes passem por um processo de formação psicopedagógica antes do primeiro contacto com os estudantes.



De acordo com o reitor da Universidade Politécnica, Narciso Matos, este processo vai abranger todos os docentes (antigos e novos) da instituição, “incluindo os que já tenham a formação em psicopedagogia, pois acreditamos que podemos, sempre, aperfeiçoar os nossos métodos”.

“Temos perto de 500 docentes e todos eles vão passar por este processo, que é constituído por uma série de módulos (expressão oral e escrita, informática na óptica do utilizador, disponibilização do material didáctico através de plataformas existentes no mundo, controlo do plágio, metodologia de pesquisa, entre outros). Pensamos que esta acção vai ser uma alavanca para a melhoria da nossa quali-

dade”, explicou o reitor.

O conjunto de acções em curso na Universidade Politécnica inclui, também, a introdução, há cinco anos, da auto-avaliação, que é um conjunto de normas, mecanismos e procedimentos que são operados pelas próprias instituições de ensino superior para aferirem o seu desempenho (qualidade da instituição, dos cursos ou programas, bem como dos padrões legalmente estabelecidos).

“A avaliação, sobretudo quando é feita por nós (estudantes, docentes, empregadores, empresas onde os estudantes fazem o estágio), ajuda-nos a ver as nossas fraquezas e as coisas que estamos a fazer bem para que possamos fazê-las melhor. Qualquer instituição viva pode melhorar, sempre”, considerou Narciso Matos.

Por isso, “a universidade está a investir recursos (humanos, financeiros e materiais) porque é uma coisa boa, e isso é consubstanciado pelas recomendações que temos recebido nas avaliações externas, que são feitas pelos nossos pares, independentes, dirigentes de outras instituições de ensino”.

Como resultado deste exercício, todos os cursos até agora submetidos à avaliação externa, liderada pelo Conselho Nacional de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior (CNAQ), foram considerados acreditados, estando a instituição a implementar melhorias consoante as recomendações.

O outro exercício no qual a Universidade Politécnica está empenhada é a avaliação dos currículos dos cursos leccionados, após o fim do seu ciclo de vida (cinco anos), visando adequá-los às necessidades do mercado.

Assim, em 2021 a instituição vai iniciar o ano académico com cursos revistos, sendo que alguns vão continuar, mas com conteúdos “refrescados”, enquanto ou-

tros vão mudar de nome ou ser descontinuados, porque “há necessidades do mercado às quais temos que atender”.

“Vamos registando as lacunas, as disciplinas que deviam ser introduzidas mais cedo, as necessidades do mercado, entre outros elementos. Por exemplo, hoje fala-se muito da ética e deontologia profissionais e da higiene e segurança no trabalho, e há necessidade de incluir esses conteúdos nos cursos. Ou seja, vamos reunindo as evidências e no fim do ciclo de vida dos cursos fazemos uma revisão profunda”, disse.

Para além do aspecto curricular, segundo o reitor, há mais elementos que podem ditar a revisão ou a descontinuação de um curso: “Há cursos que já não registam muita procura. Há cinco ou 10 anos tinham aceitação, mas hoje encontramos as salas com 10 ou 15 estudantes, no primeiro ano, e à medida que progridem o número reduz. E não é estimulante leccionar ou estudar nessas condições, nem é viável financeiramente”.

A médio e longo prazos, a Universidade Politécnica pretende criar o seu corpo docente a partir dos seus próprios estudantes, e, para tal, está em curso o processo de reestruturação interna, tendo em vista aferir as condições das unidades orgânicas, bem como as suas necessidades.

Este processo vai permitir “sabermos o número mínimo de pessoal qualificado que precisamos de recrutar entre os nossos graduados, principalmente os que concluem os cursos com distinção. Vamos trabalhar com eles como monitores, estagiários e, no fim, vão decidir se pretendem ser professores ou investigadores da nossa universidade ou se preferem seguir a sua carreira. Vamos criar condições para que façam o mestrado e o doutoramento, entre outras formações. Daqui a 10 anos seremos diferentes”.

Texto & Foto: www.fimde semana.co.mz

Bancos comerciais não se emocionam com DFI da Anadarko e quase não mexem nas taxas de juro

A Decisão Final de Investimento da Anadarko que animou o Banco de Moçambique (BM) a reduzir a taxa MIMO pela primeira vez em 2019, em 1 por cento, não emocionou os bancos comerciais que decidiram reduzir apenas 0,20 por cento a Prime Rate e mantiveram os mesmos spreads que praticam desde meados de 2018.

Texto: Adérito Caldeira

Os banqueiros que operam em Moçambique depois de terem ignorado o pós-crise anunciado pelo Presidente Filipe Nyusi no ano passado não parecem muito emocionados com o anúncio do maior investimento privado de sempre em África, banqueiros disseram ao @Verdade que “o tempo ainda não melhorou”.

A expectativa que a animação do BM, que reduziu em 1 por cento a sua principal taxa de Política Monetária, a taxa MIMO, contagiasse o sector financeiro e reduzisse o custo do dinheiro gorou-se, pelo menos durante o mês de Julho, para o qual a Associação Moçambicana de Bancos não mexeu no seu Prémio de Custo, estabelecido em Abril de 2017 em 5,20 por cento, nem na sua margem de lucro, spread, que só alguns reviram em meados de 2018.

Descrição	Taxa
Indexante Único* (Calculado pelo BM)	14,10%
Prémio de Custo (Calculado pela AMB)	5,20%
Prime Rate do Sistema Financeiro Moçambicano (Calculado pelo BM e AMB)	19,30%

\*Indexante Único é calculado tendo como base informação referente ao período do dia 26 de cada mês até ao dia 25 do mês seguinte.

Para o mês que nesta segunda-feira (01) iniciou a Prime Rate do Sistema Financeiro desceu mas não reflectiu o 1 por cento reduzido na taxa MIMO, apenas melhorou 0,20 por cento o que mantém as taxas de juro à retalho acima dos 20 por cento.

Nos três principais bancos comerciais que dominam o sistema financeiro nacional as melhores taxas de são oferecidas pelo Millenium Bim, 1,90 por cento para Empréstimos até 1 ano, enquanto a mais cara é do Standard Bank para crédito ao consumo, 8,75 por cento.

Spread Padronizado de Taxas de Juro praticadas pelos Bancos Comerciais						
Empréstimos a Particulares			Empréstimos às Empresas		Leasing Mobiliário	Leasing Imobiliário
Instituição	Habituação	Consumo	Empréstimos de curto Prazo (prazo até 1 ano)	Empréstimos de longo Prazo (prazo acima de 1 ano)		
1. BCI	4.50%	4.50%	4.50%	5.25%	3.00%	4.50%
2. BIM	3.30%	4.75%	1.90%	3.70%	4.00%	3.30%
3. Standard Bank	2.25%	8.75%	2.00%	5.00%	3.00%	-
4. Barclays Bank	2.75%	10.75%	0.00%	1.00%	5.00%	-
5. Banco Único	2.00%	8.50%	2.00%	2.50%	3.00%	1.50%
6. Moza Banco	5.00%	6.50%	2.00%	3.00%	5.00%	4.50%
7. FNB	1.00%	2.50%	1.50%	2.00%	2.00%	2.00%
8. ABC	3.00%	7.75%	7.50%	7.75%	7.75%	7.75%
9. BNI	-	-	2.00%	4.00%	-	-
10. Societé Generale	6.00%	10.00%	4.00%	3.00%	3.00%	3.00%
11. Banco Terra	4.00%	7.00%	2.00%	3.00%	-	-
12. Ecobank	4.00%	7.00%	3.00%	5.00%	-	-
13. Big	-	-	4.00%	4.50%	-	-
14. Capital Bank	2.50%	10.00%	2.50%	3.00%	-	-
15.UBA	3.00%	6.00%	4.00%	5.00%	4.00%	4.00%
16. Banco Mais	5.83%	4.75%	4.00%	4.25%	-	-
17. MyBucks	-	30.20%	21.80%	21.80%	-	-

O spread que consta da tabela é indicativo para as condições padronizadas abaixo indicadas, sendo que a concessão de financiamento é sujeita à análise de risco interna de cada banco, de forma a aferir a capacidade de endividamento do mutuário. Cada banco reserva -se o direito de aplicar condições adicionais distintas destas, em função do perfil de risco, historial comercial e creditício e eventuais protocolos celebrados com o cliente ou a sua instituição. O prazo, o grau de cobertura do colateral e o tempo de relacionamento comercial em todas as categorias de crédito poderão variar em função da avaliação de risco a ser efectuada por cada banco.

De 3 a 5 de Julho: MITESS realiza XXX Conselho Coordenador

O Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social realiza, de 3 a 5 de Julho, o XXX Conselho Coordenador com a finalidade de avaliar, controlar e planificar a acção conjunta dos órgãos Central e Locais do Ministério e das Instituições tuteladas na realização dos objectivos do sector.

Texto: www.fimde semana.co.mz

O evento realiza-se sob o lema: “Modernizando a Administração do Trabalho, Emprego e Segurança Social para a Promoção do Trabalho Digno”, durante o qual será debatido o Balanço Preliminar do Programa Quinquenal do Governo 2015 até 1º Semestre de 2019 e do Plano Económico e Social do 1º Semestre de 2019, o Relatório Sobre o Futuro do Trabalho -

Contribuições para as linhas gerais do Programa Quinquenal do Governo 2020-2024, para o Sector do Trabalho, Emprego e Segurança Social, o Balanço da Implementação da Política de Emprego e do Plano de Acção de Combate às Piores Formas do Trabalho Infantil, o Impacto das Reformas da Formação Profissional no MITESS: Progressos e Perspectivas

e o Papel do INEP no âmbito da promoção do emprego, a Modernização do Sistema de Informação do Mercado de Trabalho e as Grandes Realizações no âmbito do Trabalho Migratório, a Resolução Extra – Judicial de Conflitos Laborais, Evolução e Perspectivas, a Evolução do Diálogo Tripartido em Moçambique e a Evolução do Sistema de Segurança Social em

Moçambique.

Paralelamente, serão lançados o Plano de Acção da Política do Emprego e o Boletim Informativo do Mercado do Trabalho referente ao primeiro trimestre de 2019.

A cerimónia de abertura está agendada para o dia 3 de Julho e será dirigida pela ministra do Trabalho, Emprego e Segurança

Social, Vitória Diogo, no Centro de Conferências Joaquim Chissano, envolvendo directores e chefes de departamento do nível central e provincial, delegados do INSS, IFPELAC/INEP, directores do CEMAL, inspec- tores-chefe do Trabalho e dos chefes do Departamento do Emprego e do Trabalho Migratório, entre outros convidados.





Jornal @Verdade

Adicionalmente os transporte público de passageiros devem ter no exterior, em local bem visível, sob pena de serem multados em 20 mil Meticais: “Legendas referentes à lotação, escritas em letras vermelhas sobre fundo branco de uma tabela de dimensões não inferiores a 0,80 x 0,30 m; Um letreiro, à noite devidamente iluminado, no qual se indica o local de destino da carreira e, quando o veículo efectuar o desdobramento ou um serviço de aluguer ou de excursão ou se deslocar para outros fins, o letreiro indicará respectivamente Desdobramento, Aluguer, Excursão ou reservado”.

<http://www.verdade.co.mz/nacional/68788>



**Nelson Monjane Tchapelx** Esses chapinhas nem deviam circular dentro das cidades.. · 1 dia(s)



**Zé Martins** Porque será que me parece estarem a cotucar a onça com vara curta??? · 1 dia(s)



**Siabra Antonio Da Silva** Leis sobre leis, todo santo dia uma nova lei, tem tanta lei nesse país outras ainda são revogadas sem nem ter sido implementadas. · 1 dia(s)



**Adolfo Siteo Siteo** Concordo plenamente com você · 1

dia(s)



**Enossy Zunguze** Kkkk.Yah, tipo assim bro, as demais leis passam por um ciclo “de vida”, desde momento que se harmonizam com a CR. Bom acho justa a lei, olhando pro tempo i situações que vivemos. · 13 h



**Tomé Agostinho** ke bom ke é andar na escola.eu me lembro desta leitura. · 15 h



**Fernando Pinto** Criam se leis que só vão favorecer os policias na estrada para extorquir os condutores!... Que se crie lei para punir Policias Municipal que faz rede bloco em qualquer

ponto da estrada ao inves de ficarem nas paragens e controlar o encurtamento de rotas e banirem os MODJEIROS que só ficam ali para roubar 10mts ou 20mts por cada autocarro que carregar passageiro. · 1 dia(s)



**Jimmy Banze** 1. Primeiro o estado devia ser multado por falta de transporte 2. Deviam resolver problemas de encurtamento de rotas e garantir transporte suficiente para os Moçambicanos 3. Cara sem vergonha quem aprovou essas leis num país de merda como esse, aliás políticos de merda · 1 dia(s)

## Sociedade

## Durante o presente quinquênio: Criados mais de 1,6 milhão de novos empregos

O Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social, (MITESS) criou durante o presente quinquênio, 1.667.268 novos empregos, formou profissionalmente perto de 700 mil pessoas, mais de 23 mil estágios pré-profissionais e inscreveu 48.869 contribuintes, no Sistema de Segurança Social, totalizando 110.000 contribuintes, 1.525.000 beneficiários e cerca de 100.000 pensionistas.

Texto & Foto: [www.fimdesemana.co.mz](http://www.fimdesemana.co.mz)

Estes dados foram tornados públicos, por Vitória Diogo, ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, aquando da abertura do XXX Conselho Coordenador do MITESS, durante o qual foi igualmente lançado o Boletim Informativo do Mercado do Trabalho, referente ao 1º trimestre de 2019, que teve lugar, no dia 03 de Julho, em Maputo, sob o lema “Modernizando a Administração do Trabalho, Emprego e Segurança Social para o trabalho digno”.

redução do tempo de espera, concorrendo para a melhoria dos serviços prestados e na satisfação dos utentes.



dão de Quitação, o requerente, basta ter acesso à internet, e não tendo dívida, pode imprimir a certidão e participar em concursos públicos, acrescentou a governante.

No quadro do controlo da legalidade laboral, a Inspeção Geral do Trabalho, inspeccionou 39.468 estabelecimentos, tendo abrangido 763.642 trabalhadores, dos quais 33.094 de nacionalidade estrangeira e suspendeu 3.775 estrangeiros por estarem a trabalhar ilegalmente.

Importa referir que actualmente o cálculo das prestações de segurança social passa a ser automático, e como resultado, o período de processamento das pensões passou de mais de um ano para o máximo de 30 dias, e processamento de subsídios, que chegava à seis meses, reduziu para sete dias, o subsídio de funeral é concedido no mesmo dia em que é solicitado.

“Hoje, o trabalhador inscrito pode ter informações sobre a sua situação contributiva a qualquer momento e em qualquer ponto do país para verificar se a sua contribuição foi canalizada ou não à segurança social, tornando-o em verdadeiro fiscal da sua situação contributiva, através da Plataforma Minha Contribuição Meu Benefício”, referiu Vitória Diogo.

A partir do presente ano, segundo a ministra, para a obtenção da Certi-

Vitória Diogo enalteceu os esforços do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) pela recente modernização dos serviços prestados com vista a garantir maior celeridade na tramitação de inscrições de contribuintes e beneficiários, fixação de subsídios e pensões.

Como impacto das reformas na segurança social, os procedimentos foram simplificados, resultando na

Texto & Foto: [www.fimdesemana.co.mz](http://www.fimdesemana.co.mz)



Trata-se de uma medida de estruturação no sector dos transportes em implementação desde 2015, que prevê a aquisição de 1.000 autocarros (Plano 1.000), uma iniciativa lançada pelo Presidente da República, Filipe Nyusi.

Falando à margem da cerimónia de inauguração das novas instalações da AMT, a vice-ministra dos Transportes e Comunicações, Manuela Rebelo, disse que a medida de estruturação tem por objectivo a alocação de autocarros aos operadores públicos, privados e cooperativas, visando a melhoria no sistema de transporte urbano e peri urbano.

Na ocasião, Manuela Rebelo referiu-se igualmente a algumas inovações implementadas no âmbito do “Plano 1000”: “A título de exemplo, nós vamos implementar, ainda este mês, uma plataforma electrónica para a localização e gestão da frota de autocarros denominada Txapita”.

A implementação desta iniciativa visa absorver a procura de forma mais rápida, fornecendo aos utentes a informação em tempo real sobre as rotas disponíveis, fluxo de cidadãos, em função da disponibilidade.

Por seu turno o presidente do Conselho de Administração (PCA) da AMT, António Matos, referiu que para além da plataforma Txapita, está igualmente prevista para este mês a introdução da viatura mista, que é uma solução local direcionada às áreas peri-urbanas e rurais com estradas de difícil acesso. “A mesma é projectada para acoplar a um chassis mais robusto, adaptado às condições dos nossos passageiros”, afirmou.

Em Agosto, segundo acrescentou o PCA, será introduzido o bilhete electrónico. Este modelo enquadra-se nos diversos conceitos de mobilidade com a introdução de cenários de interoperabilidade alargada onde haverá o autocarro, o comboio e o barco em simultâneo. “Em termos práticos deixaremos de ter um papel e passamos a ter um cartão electrónico, que armazena a informação automaticamente”.

Importa referir que o cartão integral de transporte público vai integrar serviços financeiros como Mpesa e Ponto24, permitindo o pagamento de serviços e a transferência de valores, podendo viajar com mesmo cartão em comboio, transporte rodoviário e de barco.

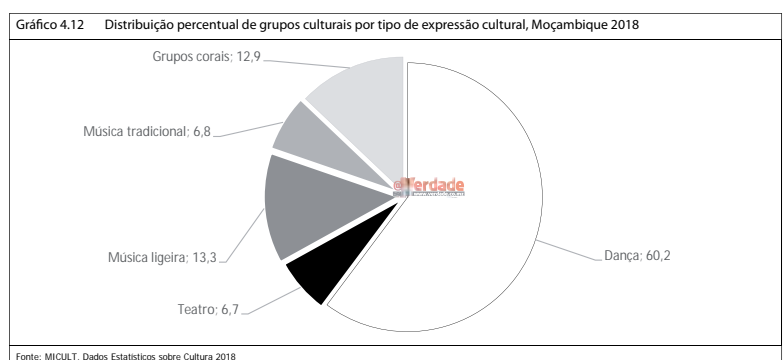
## Grupos de dança aumentam em Moçambique

Em Moçambique existem 6.008 grupos de dança, quase 50 por cento mais do que em 2017, grande parte na Província do Niassa. A segunda expressão cultural mais popular é a música ligeira, seguida pelos grupos corais, música tradicional e o teatro.

Texto: Redacção

A dança continua a ser a principal expressão cultural no nosso país, o número de grupos aumentou de 4.020 em 2017 para 6.008 em 2018, a maioria, 1.361 grupos, estão baseados na Província de Niassa. Segue-se a Província de Cabo Delgado com 898 grupos e só depois aparece a Província de Nampula com 766.

De acordo com a “Estatística de Cultura” elaborada pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), os grupos de música ligeira também aumentaram em Moçambique, eram 1.304 em 2017 passaram a ser 1.331, sendo que a maioria continua na Província de Inhambane, 371, seguida pela



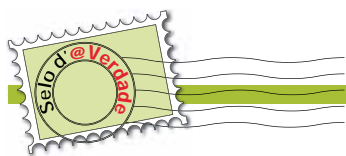
Cidade de Maputo com 305.

Maputo.

No que aos grupos corais diz respeito o INE indica existirem 1.286, comparativamente aos 1.044 que existiam em 2017, com a maioria na Cidade de

Os grupos de música tradicional também aumentaram, de 609 para 680, enquanto os grupos teatrais passaram a ser 671, relativamente aos 465 que existiam em 2017.





## O PROCESSO DE INSURGÊNCIA ARMADA EM CABO DELGADO<sup>1</sup>

João Feijó e Jerry Maquenzi

### 1. INTRODUÇÃO

No Destaque Rural anterior foram abordados os processos de penetração da indústria extractiva na província de Cabo Delgado, fortemente caracterizada pela pobreza, gerando-se fenómenos de desigualdade e de tensão social. Neste texto pretende-se caracterizar a insurgência armada no Norte de Cabo Delgado, compreendendo-a numa perspectiva regional, a partir das realidades dos países da África Oriental.

#### 1.1 Emergência de radicalismo violento na África Oriental

Ao longo da África Oriental, vem crescendo o número de adeptos de versões extremistas do Islão. Assiste-se a uma difusão da ideologia *salafista*, orientada a partir de Estados do Golfo. Alimentado por negócios de petróleo e pelo desejo de propagar uma versão conservadora do Islão *wahabita* em todo o mundo islâmico, assiste-se a um aumento do financiamento de mesquitas (madrassas), instituições de ensino básico, secundário e superior, programas humanitários e sociais em vários países da África Oriental. Só em Zanzibar, estima-se que os financiamentos oriundos da Arábia Saudita atinjam um milhão de dólares US por ano, só para as instituições islâmicas (Ali-Koor, 2016: 4). Algumas actividades apoiadas por grupos islâmicos têm patrocinado tratamentos médicos e prestado auxílio em catástrofes, mas alguns grupos são também responsáveis pelo apoio a grupos radicais. Paralelamente, assiste-se a um rápido crescimento do número de jovens da África Oriental matriculados em universidades de países árabes (ver gráfico 3), sendo que, no regresso às zonas de origem, estes jovens transportam interpretações rígidas e redutoras do Islão. Durante a sua formação, os estudantes absorvem rígidas noções identitárias sobre o que é (e o que não é) islâmico e sobre quem é muçulmano (e quem não é), sendo incentivados a assumir activamente essas perspectivas (Ali-Koor, 2016: 5)



A expansão da televisão árabe por satélite tem reforçado e transmitido essas interpretações a um público mais vasto, particularmente em relação ao vestuário, ao papel da mulher, entre outros aspectos. A atracção de tais ideias é evidente na expansão da popularidade e influência de clérigos extremistas. Neste contexto, a manutenção de um diálogo aberto sobre os preceitos do islão tem-se tornado cada vez menos comum, assistindo-se a uma crescente intolerância e polarização religiosa (Koor, 2016). O Quénia e a Somália têm constituído palco de actuação do grupo *Al-Shabab*, protagonista de episódios mediáticos, como vários dias de sequestro do centro comercial Westgate em Nairóbi, matando mais de 60 civis e provocando centenas de feridos, ou a invasão do campus da Universidade Garissa do Quénia, matando 147 estudantes.

A vizinha Tanzânia também vem enfrentando fenómenos de radicalização islâmica. Diversos fenómenos de incitação à violência por parte de líderes religiosos, de constituição de redes de extremistas, de acções violentas em diversas regiões do país (em Arusha, Tanga, Pwani, Mtwara e Lindi), assim como ambições separatistas de cunho islâmico no arquipélago de Zanzibar, têm sido noticiados na imprensa internacional. Ainda que apresentem alguma relutância em revelar o nível de penetração dentro do país, desde 2008, as autoridades da Tanzânia associaram vários incidentes ao grupo radical *Al-Shabab*. Em Outubro de 2013, a polícia da região sudeste de Mtwara (que faz fronteira com Cabo Delgado) realizou detenções em grande es-

cala de agentes do *Al-Shabab*, confiscando armas de fogo, facas e material de treino e propaganda (Counter Extremism Project, 2018). Segundo as autoridades, os suspeitos – todos cidadãos tanzanianos – haviam-se envolvido em exercícios de treino militar. No mesmo mês foi desmantelado outro campo de treino na região de Tanga, junto à fronteira com o Quénia, sendo detidos 69 suspeitos, libertando-se dezenas de recrutas de 4 a 13 anos de idade.

A determinação do nível de penetração do *Al-Shabab* na Tanzânia não tem sido um processo fácil, não só devido às dificuldades de investigação por parte das autoridades sobre as redes domésticas e pontos de contacto do grupo, mas também devido à frequente precipitação em associar os suspeitos a este grupo radical, apesar da falta de evidências. Noutras ocasiões as autoridades manifestam relutância em conectar ataques violentos ao *Al-Shabab*, apesar da determinação das populações locais em associar os insurgentes ao grupo radical (Counte Extremism Project, 2018).

A realidade é que a resposta das forças de segurança dos países da África Oriental a estes grupos de insurgentes tem sido violenta e conduzida, frequentemente, de forma arbitrária. A título de exemplo, a operação Usalama Watch, do governo do Quénia, resultou na prisão de aproximadamente 4.000 pessoas, a maioria sem culpa formada. Circulam denúncias sobre esquadrões da morte, patrocinados pela polícia, destinados a eliminar os líderes radicais muçulmanos, pensando o fracasso dos processos judiciais (Ali-Koor, 2016: 6). A arbitrariedade e violência policial têm tido uma dupla consequência: por um lado, o desenvolvimento de sentimentos de injustiça, de desconfiança e revolta por parte de populações islâmicas em relação às instituições estatais, alimentando motivações de adesão a campanhas violentas (Ali-Koor, 2016: 2). Por outro lado, traduz-se na movimentação de líderes extremistas para Sul (Quénia, Tanzânia e, mais recentemente, para Moçambique), especialmente em zonas onde encontram um espaço socialmente fértil de implementação (Hanlon, cf. BBC, 09.06.2018).

De facto, a carência socioeconómica e a sensação de desigualdades sociais na região tendem a tornar muitos muçulmanos receptivos a narrativas mais conservadoras e extremistas, assim como à construção de discursos assentes na alteridade (“*nós*” contra “*eles*”). As evidências demonstram que os níveis de desemprego entre os jovens das províncias costeiras do Quénia (predominantemente muçulmanas) são de 40 a 50 por cento mais elevadas do que a média nacional, e as taxas de frequência escolar básica e secundária tendem a ser mais baixas nas províncias muçulmanas, onde existem menos escolas e professores por estudante. Na Tanzânia observam-se padrões semelhantes. A taxa de desemprego entre jovens na ilha de Zanzibar (onde a maioria é muçulmana) representa quase o dobro da média nacional. Por outro lado, nas áreas costeiras (essencialmente muçulmanas), os direitos de propriedade são frequentemente mal definidos, dificultando as oportunidades económicas e abrindo o caminho a expropriações de terras por parte do Governo ou de grandes empresas (Ali-Koor, 2016: 5-6).

Neste cenário, alimenta-se nestas regiões a crença que as oportunidades educativas e económicas são deliberadamente negadas aos muçulmanos.

#### 1.2. Início da insurgência armada em Cabo Delgado

Como em muitos outros países, em Moçambique existem diferentes concepções do islão, constituindo este assunto um ponto de tensão entre diferentes grupos, que chamam a si a autoridade dessa religião. A diversidade de concepções do islão em Moçambique foi resultante da mudança de contextos históricos na região (pré-coloniais, coloniais, e pós-coloniais), tendo o islão sido usado como forma de fortalecimento da autoridade e poder das elites locais, com quem as diferentes correntes do islão acabaram por ficar associadas. A partir da década de 1970 começou a emergir um novo grupo,

composto por elementos graduados em universidades internacionais islâmicas, que rejeitaram tanto o Islão africano como as Ordens Sufis, considerando-os como “desvios” do “verdadeiro” Islão, promulgando diversas “inovações religiosas” (Bonate, 2007). Este grupo detém uma visão mais universalista e transnacional e recorre a meios modernos de formação e comunicação. No entanto, este grupo foi enfrentando uma considerável resistência do antigo *establishment* islâmico africano no Norte de Moçambique, não só porque o Islão naquela região detém uma longa tradição swahili profundamente enraizada, mas também pelo facto de líderes religiosos e agentes da islamização no Norte de Moçambique serem, historicamente, constituídos por africanos locais, que activamente foram participando nos debates muçulmanos regionais.

Contudo, o surgimento de novas concepções do islão, num ambiente de competição política interna, deu origem a várias clivagens e a sub-clivagens, de onde emergiu o chamado grupo *Ahlu Sunnah Wa-Jammá* (apoiantes da tradição profética da congregação). Em 2015, não conseguindo conquistar a liderança religiosa, um grupo de jovens marginalizados, incluindo vendedores informais em Mocimboa da Praia (moçambicanos e, inclusivamente, tanzanianos), formaram pequenos grupos e começaram a organizar-se em torno de uma forma rudimentar de fundamentalismo islâmico, demonstrando sentimentos de insatisfação (Morier-Genoud,

24.02.2019). Estes grupos ficaram conhecidos por entrarem nas mesquitas locais usando sapatos e fazendo-se transportar por facas, numa manifestação intencional de desrespeito para com o que designavam de Islão degenerado. Em finais da década passada estes jovens construíram as suas próprias mesquitas, separando-se dos restantes muçulmanos. Este grupo apresentava uma forte atitude anti-Estado, opondo-se ao sistema secular de ensino, assim como ao sistema de justiça, procurando recriar o seu próprio sistema social. Neste ambiente, as populações locais começaram a designar estes indivíduos de “*Al-Shabab*” (significando jovens em árabe local), ou apenas “*Shababs*”. Ao longo da última década, a tensão entre este grupo e a restante população foi-se intensificando, aumentando os níveis de violência: jovens radicais foram expulsos de determinadas zonas por outros muçulmanos ou pela população em geral e encerraram-se as respectivas mesquitas (Morier-Genoud, 24.02.2019). A partir de final de 2015, o grupo começou a incorporar células militares. Após sucessivos apelos de populações locais, nos anos de 2015 e de 2016, o Estado moçambicano interveio, destruindo mesquitas e detendo diversos indivíduos, inclusive jovens que realizavam treino militar na praia. Reagindo às detenções policiais, a 5 de Outubro de 2017 este grupo atacou um conjunto de instituições do Estado na vila de Mocimboa da Praia, nomeadamente o comando da Polícia da República de Moçambique e os Serviços Penitenciários.

#### 1.3 Transformação dos ataques e dinâmicas actuais

Apesar da inexistência de informação sistematizada começa a ser possível identificar alguns padrões e dinâmicas nos ataques.

##### a) Dimensões e locais atacados

Os ataques de 5 de Outubro representaram o início de uma escalada de violência que se prolonga até aos dias de hoje. Um ano e dois meses após as primeiras investidas, a Carta de Moçambique (Omar, 06.12.2018) analisou os relatos em arquivos na imprensa nacional e estrangeira, contabilizando 45 ataques, 194 mortos (entre oficiais das forças de defesa e segurança, civis e insurgentes), 13 mil deslocados, 214 arguidos e mais de 750 casas incendiadas e saqueadas. A peça chama a atenção para o facto de as estimativas se basearem em relatos na comunicação social, sendo que nem todos os ataques são noticiados, sobretudo os que acontecem em zonas mais remotas. Mais recentemente, as estimativas atingem as 1000 casas

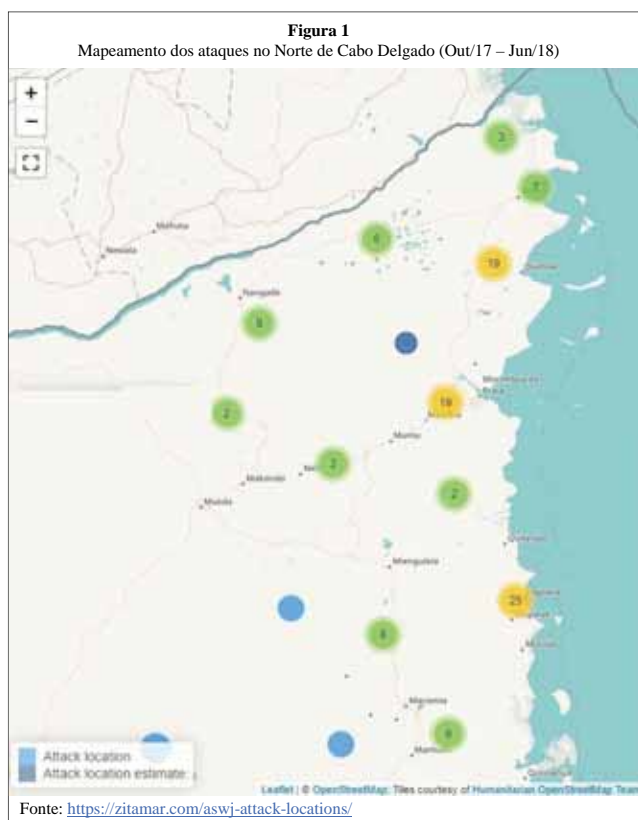


queimadas ou destruídas (Pirio, Pittelli e Adam, 2019).

Inicialmente circunscritos ao distrito de Mocimboa da Praia, os ataques foram-se alastrando-se gradualmente por outros distritos da província, nomeadamente Mocimboa da Praia, Palma, Macomia, Quissanga, Ilha do Ibo, Meluco e Nangade, existindo relatos de alastramento para a província do Niassa (Omar, 06.12.2018). Os ataques prolongaram-se após o ciclone Kenneth, fazendo interromper ajuda humanitária em Macomia (Lusa, 04.05.2019).

Em Junho de 2018, um mapa interactivo da Zitamar-News (mapa 6) demonstrava que a maior parte dos ataques estavam concentrados no litoral Norte da província - particularmente nas zonas de Nagulué e Ingoane (distrito de Macomia), Olumbe (distrito de Palma) e Mocimboa da Praia - maioritariamente islâmico, onde se concentram os grupos etnolinguísticos mwani e macua de Cabo Delgado. Os insurgentes revelam maior dificuldade de penetração no interior da província, nomeadamente nos distritos de Mueda, Nangade e Muidumbe, maioritariamente cristão, onde predomina o grupo etnolinguístico maconde.

A observação no terreno permitiu confirmar inúmeras evidências de ataques (aldeias destruídas e abandonadas), com maior incidência nos distritos de Palma e de Mocimboa da Praia, assim como maior concentração das forças de defesa e de segurança nestes locais. Quer através dos testemunhos recolhidos no terreno, quer através da leitura de peças jornalísticas, é possível constatar que, nos distritos do interior, os insurgentes enfrentaram maiores dificuldades de penetração.



#### b) Quem é atacado?

Os dados recolhidos, na imprensa e de informantes no terreno, permitem constatar que os alvos dos ataques são heterogêneos. Em primeiro lugar, os ataques começaram por privilegiar instituições do Estado - particularmente repartições administrativas, comandos da polícia e escolas, prolongando-se em episódios de sequestro e assassinato de professores e directores de estabelecimentos de ensino públicos (Achá, 26.03.2019). Num segundo momento, as incursões generalizaram-se por povoações, quintas e veículos em movimento nas estradas, incendiando-se casas e assassinando-se populações. As evidências permitem constatar que as aldeias são atacadas indiscriminadamente, independentemente das crenças religiosas dos habitantes, assistindo-se à decapitação e assassinato de cristãos e muçulmanos.

Em terceiro lugar, numa situação onde grande parte das populações abandonou campos agrícolas para refúgio nos centros urbanos, diminuindo desta forma a produção de culturas alimentares, constata-se que as incursões se estenderam para zonas produtivas ou para locais de armazenamento de produtos. A título de exemplo, no distrito de Palma, as zonas mais produtivas do distrito de Pundanhare, que garantem uma importante parte do abastecimento alimentar do distrito (SDAE, 2019), vêm-se transformando num

alvo privilegiado de ataque por parte de indivíduos, também eles carentes de produtos alimentares. Após o ciclone Kenneth, os alvos direccionaram-se para as áreas beneficiadas de apoio humanitário. Peças jornalísticas (Omar, 06.05.2019) revelam que, após atearem fogo às tendas que albergavam as populações refugiadas, o foco dos insurgentes “*famintos*” orientava-se para os “*produtos alimentares doados pelas organizações humanitárias e o governo*” (Omar, 06.05.2019). O assassinato de populações é acompanhado pelo saque de valores económicos e bens alimentares, de forma que possam depois sustentar as actividades dos insurgentes<sup>2</sup>. As vilas sedes apresentam-se guardadas pelas Forças de Defesa e de Segurança e não são atacadas, ao contrário das aldeias mais distantes (GS, 04.12.2018).

Finalmente, dezasseis meses após os primeiros ataques, o poder económico internacional passou também a constituir um alvo dos insurgentes. Em Fevereiro de 2019 registaram-se dois ataques a caravanas da empresa Anadarko ou de empresas sub-contratadas, ao longo da estrada de Mocimboa da Praia para Afungi, tendo culminado em um morto e seis feridos (Redacção,

24.02.2019). A partir de então, a empresa multinacional deu instruções para que as deslocações dos seus colaboradores sejam realizadas por via aérea.

De acordo com as populações entrevistadas no terreno, constata-se que as pessoas atacadas são culturalmente heterogêneas, não se distinguindo origem etnolinguística ou crença religiosa.

#### c) Estratégias de ataque

De acordo com as fontes no terreno, as estratégias de ataque são também variáveis, registando-se diferentes situações:

- **Período variável dos ataques:** de acordo com as testemunhas no terreno e fontes jornalísticas (Omar, 06.12.2018), os primeiros ataques às povoações eram inicialmente realizados ao anoitecer ou durante a noite, com o tempo, passaram a ser realizados a meio da manhã e ao fim da tarde;

- **Emboscada a viaturas:** testemunhas oculares referiram que os insurgentes utilizam, por vezes, viaturas semi-colectivas de passageiros, solicitando paragem em locais planeados, onde insurgentes estão preparados para realização de ataques;

- **Utilização de alto-falantes:** com vista a atrair a população para realização de encontro, atacando-a depois brutalmente, como referido no povoado de Bangala 2, distrito de Macomia, em Março de 2019.

#### d) Identidade dos insurgentes e motivações dos ataques

Uma questão que se coloca prende-se com a identidade dos insurgentes e respectivas motivações, uma vez que não são conhecidas declarações públicas reivindicando os ataques. Os discursos iniciais referiam que parte dos insurgentes era oriunda da República da Tanzânia e da costa oriental africana, eventualmente repelidos do país vizinho. De acordo com a Reuters (21.10.2018), os atacantes assassinaram vários polícias e funcionários administrativos na província de Pwani, na Tanzânia, tendo alguns sido mortos, presos e outros fugiram. Os que escaparam atravessaram a fronteira para Moçambique, com o objectivo de estabelecer uma base em Cabo Delgado. Outras análises enfocam o papel de jovens moçambicanos que estudaram teologia na Somália e Arábia Saudita e que, regressados a Moçambique, trouxeram concepções radicais do islão e não encontraram enquadramento nas mesquitas locais.

A realidade é que, um ano após os ataques, centenas de indivíduos foram detidos por suspeita de envolvimento, dos quais resultaram 189 pessoas acusadas, das quais 139 moçambicanos e 50 tanzanianos (Redacção, 02.10.2018). No processo de acusação consta que membros deste grupo foram recrutados em mesquitas locais por cidadãos tanzanianos, que lhes prometeram elevadas somas em dinheiro se conseguissem incitar cidadãos em Cabo Delgado a desobedecerem às instituições Estatais moçambicanas. As acusações incluem assassinato, uso de armas proibidas, pertença a associação criminosa e instigação de desobediência colectiva contra a ordem pública. Outros indivíduos

foram acusados de instigação ou financiamento da violência, entre os quais um cidadão sul-africano, dois cidadãos ugandeses e diversos jornalistas. O facto de as evidências apresentadas nos processos de acusação serem, muitas vezes, contraditórias e pouco credíveis, sugere, não só a dificuldade de investigação das forças policiais, mas também a respectiva pressão para apresentação de resultados, com vista a amainar as críticas à sua inoperância. Entretanto, o Comandante-Geral da Polícia da República de Moçambique anunciou uma nova conclusão sobre a génese e objectivos dos grupos armados, anunciando que o grupo é financiado por chefes de garimpeiros ilegais, expulsos em Abril de 2017 de Namanhúbir, numa operação protagonizada pelas Forças de Defesa e Segurança. O grupo estaria envolvido no tráfego de pedras preciosas para o exterior, sendo que, por vingança, recorreu aos rendimentos acumulados para financiamento de jovens insurgentes, transferindo os valores através de sistema mpesa (Redacção 27.05.2019: 1-2). Apesar do crescimento da lista de apreensões de indivíduos suspeitos de liderança dos ataques na província de Cabo Delgado, a realidade é que os ataques continuam.

A inexistência de dados fidedignos acerca dos atacantes (grupo etnolinguístico, religião dominante, faixa etária, nível de escolaridade, actividades económicas, níveis de rendimento, trajectória de vida, etc.) dificulta a realização de uma caracterização socioeconómica deste grupo, até porque a identidade dos atacantes e respectivas motivações não são reivindicadas.

De qualquer das formas, a partir de entrevistas informais realizadas no terreno, é frequentemente repetida a versão, segundo a qual, os verdadeiros *Al-Shababs* já foram mortos pelas forças governamentais. Segundo estas vozes, os actuais insurgentes atacam as populações devido à fome e falta de oportunidades (no sentido lato), assassinando as pessoas indiscriminadamente, sem distinção de crenças religiosas ou de grupos etnolinguísticos.

As fontes jornalísticas (Abido, 21.12.2018) revelam que muitos dos insurgentes capturados pelas autoridades ou mortos nos confrontos em Mocimboa da Praia “*traziam nos seus bolsos avultadas somas em dinheiro*”; mas a origem dos valores não é clara, existindo especulações que o valor é oriundo da venda de bens pessoais, de roubos ou de financiamento por parte de cabecilhas. A realidade é que um dos actos perpetuados pelos insurgentes quando atacam aldeias consiste em saquear valores monetários e outros bens (Abibo, 04.12.2018), demonstrativo de que o grupo está necessitado de dinheiro e bens alimentares. Neste cenário ganha consistência a hipótese, segundo a qual, (grande parte) dos ataques armados transformaram-se, também, em acções de banditismo, motivadas por carências materiais.

#### e) Reacções das populações

As reacções das populações são de medo e de incerteza, gerando-se movimentos de refugiados envolvendo milhares de indivíduos. No planalto de Mueda, sobretudo no distrito de Nangade, diversos indivíduos entrevistados referem a existência de milícias populares que foram ao encalço dos insurgentes, assim como de actos de vingança da população, que decapitou vários insurgentes, expondo os membros decapitados às respectivas famílias, posteriormente expulsas do local. Após um ataque na zona leste de Nangade, as estruturas locais solicitaram armas ao Comando da Polícia local, que foram distribuídas pelos líderes do povoado e posteriormente usadas na defesa contra os ataques. Os relatos falam também de práticas de magia negra, com o objectivo de impedir a penetração de insurgentes.

<sup>1</sup> Este Destaque Rural é o segundo de quatro textos a publicar na série Destaque Rural sob o tema geral do respectivo projecto de investigação Pobreza, desigualdades e conflitos no norte de Cabo Delgado. A Parte I foi publicada no jornal SAVANA da semana anterior (14/06/2019) e encontra-se disponível em <https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/dr-63/>

<sup>2</sup> Um funcionário dos serviços distritais de educação revelou que um jovem levantou suspeitas na vila de Palma por ter adquirido crédito telefónico no valor de 20.000 meticais, alegadamente com o objectivo de revenda, mas que depois se recusou a revender quando solicitado. Encaminhado para o Comando da Polícia o jovem confessou que o crédito se destinava a insurgentes residentes no mato. Este episódio demonstra que os atacantes dispõem de valores monetários, oriundos (também) do saque às populações, para sustentar as suas actividades.